

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Beatriz dos Santos Correa**

**PLATAFORMAS DE *DELIVERY* E PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO: A visão dos trabalhadores sobre suas atividades  
laborais**

**TAUBATÉ - SP**  
**2021**

**Beatriz dos Santos Correa**

**PLATAFORMAS DE *DELIVERY* E PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO: A visão dos trabalhadores sobre suas atividades  
laborais**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do  
Título de Bacharel pelo curso de Serviço Social do  
Departamento de Serviço Social da Universidade de  
Taubaté.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Lindamar Alves Faermann.

**TAUBATÉ – SP  
2021**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação –  
GETISistema Integrado de Bibliotecas – SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

C824p Correa, Beatriz dos Santos

Plataformas de delivery e precarização do trabalho : a  
visão dos trabalhadores sobre suas atividades laborais / Beatriz  
dos Santos Correa. -- 2021.

72 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Ciências Sociais, Letras e Serviço Social, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann,  
Departamento de Ciências Sociais, Letras e Serviço Social.

1. Trabalho – Aspectos sociais – Brasil. 2. Emprego precário.  
3. Plataformas de delivery. 4. Uberização do trabalho.  
I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências  
Sociais, Letras e Serviço Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 331

**Beatriz dos Santos Correa**

**PLATAFORMAS DE *DELIVERY* E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A  
visão dos trabalhadores sobre suas atividades laborais**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do  
Título de Bacharel pelo Curso de Serviço Social do  
Departamento de Serviço Social da Universidade de  
Taubaté.  
Orientadora Prof.a Dra. Lindamar Alves Faermann.

Data: 10/12/2021

Resultado: Aprovada

**BANCA EXAMINADORA**

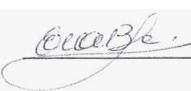
Prof. (a): Lindamar Alves Faermann - Universidade de Taubaté

Assinatura:  \_\_\_\_\_

Prof. (a): Angela Michele Suave - Universidade de Taubaté

Assinatura:  \_\_\_\_\_

Prof. (a): Elisa Maria Andrade Brisola

Assinatura:  \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho de conclusão de curso à classe trabalhadora. Em especial, aos trabalhadores que atendi em meu campo de estágio na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de dizer que eu não teria chegado até aqui se não fossem as inúmeras pessoas que passaram pela minha vida e que tiveram a sensibilidade de me auxiliar de alguma forma, ainda que não sejam mencionadas aqui.

Agradeço à professora Elisa, que sempre foi uma amiga, incentivadora e uma grande inspiração. Foi a partir de suas aulas que surgiu o interesse pelo tema deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, professora Lindamar, que acreditou em mim durante toda a graduação e que me guiou nesse processo tão complexo que é a construção do TG.

Agradeço às professoras Monica, Michele e Juliana por todo o conhecimento passado durante esses 4 anos e por sempre estarem dispostas a auxiliar os alunos para além da sala de aula.

Agradeço ao professor Silvio e à professora Cleusa que, por meio do NUGEC, transformaram o modo como eu vejo o mundo e foram essenciais em minha formação profissional e pessoal.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe e a meu pai, que me ajudaram na árdua jornada de ser mãe, estudante e estagiária - eu não daria conta sozinha.

Agradeço a meu filho, Isaac, pois foi sempre dele que tirei forças para continuar.

Agradeço a meu namorado, Fernando, pois sempre me incentivou e não me deixou desistir. Quando já não havia esperança dentro de mim, com muita paciência, ele me mostrou outras possibilidades.

Agradeço aos amigos que fiz durante a graduação e ao apoio incessante deles, em especial: Maisa, Fernanda, Maria Silvia e Anderson.

Agradeço ao Sandro, meu supervisor de estágio no NUCA, por todo o conhecimento e humanidade que ele possui e que passa para suas estagiárias. Agradeço por ter confiado em mim e ter se tornado um amigo e exemplo de profissional.

Agradeço à Karla, minha supervisora de estágio na Defensoria Pública, pois foi graças a ela e ao estágio que me mantive na graduação. Agradeço por todo o conhecimento passado, por ser uma profissional ética e dedicada e por fazer despertar novamente a vontade de ser uma assistente social.

Por último, agradeço aos profissionais que ajudaram na construção deste trabalho, compartilhando suas vivências e suas visões de mundo.

## **É PRECISO AGIR**

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro  
Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário  
Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável  
Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei  
Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo

(Bertold Brecht)

## RESUMO

A presente pesquisa buscou aproximar-se da realidade de trabalho vivenciada pelos trabalhadores que realizam entregas no município de Taubaté por meio de plataformas de *delivery*, a fim de compreender se esses profissionais possuem consciência da exploração vivenciada por eles. Para isso, foram entrevistados quatro trabalhadores, partindo de perguntas semiestruturadas. No decorrer da pesquisa, foi apresentado o perfil socioeconômico dos profissionais entrevistados, a forma como ocorre a atividade laboral cotidiana de cada participante, as principais dificuldades encontradas e a visão dos trabalhadores a respeito da precarização e da exploração que vivem, evidenciando o grau de consciência de cada um deles, partindo de suas análises a respeito de suas próprias realidades e das manifestações que vêm ocorrendo pelo país.

Palavras-chave: Plataformas de *delivery*. Trabalho precarizado. Uberização do trabalho.

## **ABSTRACT**

This research sought to approach the work reality experienced by workers who deliver in the city of Taubaté through delivery platforms, in order to understand whether these professionals are aware of the exploitation experienced by them. For this, four workers were interviewed, using semi-structured questions. During the research, the socioeconomic profile of the interviewed professionals was presented, the way in which the daily work activity of each participant occurs, the main difficulties encountered and the workers' view of the precariousness and exploitation they experience, showing the degree of awareness of each one of them, based on their analysis of their own realities and the manifestations that have been taking place across the country.

**Keywords:** Delivery platforms. Precarious work. Work placement.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 RETRATO DOS TRABALHADORES QUE ATUAM NO RAMO DE ENTREGAS POR APLICATIVOS NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ.....</b>	<b>21</b>
<b>3 REALIDADE COTIDIANA DOS TRABALHADORES QUE REALIZAM ENTREGAS POR MEIO DE APLICATIVOS.....</b>	<b>37</b>
<b>4 A VISÃO DOS TRABALHADORES E O PROCESSO DE DESPERTAR PARA A LUTA.....</b>	<b>46</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>7 APÊNDICE .....</b>	<b>70</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O assunto escolhido para a construção deste Trabalho de Graduação versa sobre o mundo do trabalho na sociedade capitalista, ao passo que o tema tratado dentro desse espectro englobará particularidades acerca dos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos.

O trabalho tem, como objetivo central, conhecer a visão dos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos acerca de sua atividade laboral cotidiana. Ademais, como objetivos específicos, levantou-se o perfil socioeconômico desses trabalhadores e os desafios profissionais que encontram em seu cotidiano.

O interesse por esse tema se deu a partir da disciplina de Trabalho e Questão Social<sup>1</sup> que, ao abordar o mundo do trabalho no contexto da crise mundial do capital, trouxe a reflexão sobre sua precarização e as modificações que o perpassam, defrontando-se com a chamada uberização do trabalho como uma nova forma de trabalho precarizado e superexplorado.

O termo uberização do trabalho refere-se a uma nova forma de exploração dos trabalhadores, que são submetidos a atividades cada vez mais precarizadas, resultantes do avanço da tecnologia e da mudança na forma de gerenciamento do trabalho por parte das empresas. Assim, as autoras Pinheiro, Souza e Guimarães apontam que:

O processo de uberização, termo que faz referência à empresa Uber, pode ser compreendido como uma nova forma de agudização da precarização do trabalho. O termo “uberização” é utilizado para expressar a conexão entre as mais recentes tecnologias e o aprofundamento da precarização das relações trabalhistas. (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARÃES, 2018, p. 1)

Juntamente a isso, ocorreram as paralisações dos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativo, despertando curiosidade em entender suas condições de trabalho e suas visões acerca da profissão exercida.

A paralisação intitulada “Breque dos app” ocorreu nos dias 1 e 25 de julho de 2020. Os trabalhadores de entrega por aplicativos como Ifood, Uber Eats, Rappi, Loggi e Bee delivery, entre outros, pararam as atividades

---

<sup>1</sup> A respectiva disciplina foi lecionada no 5º e 6º semestres.

reivindicando melhores condições de trabalho, melhor remuneração e medidas de proteção contra o coronavírus<sup>2</sup>.

Vale ressaltar que o isolamento social diante da covid-19 explicitou a importância desses trabalhadores na sociedade atual pela maneira que essa profissão se introduz no cotidiano das pessoas junto ao avanço da tecnologia, fornecendo entregas em domicílios por meio de diferentes plataformas. Mostrou-se, assim, o quão útil esses trabalhadores são e que por essa e outras razões, como o perigo que correm, deveriam ser mais bem remunerados e ter seus direitos garantidos.

Ressalta-se que esse tema tem relação com o Serviço Social, visto que a profissão considera o trabalho uma atividade central na constituição do ser social. Assim, as

(...) mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. (ABEPSS, Diretrizes Curriculares, 1996, p. 8)

Além disso, as questões enfrentadas pelos trabalhadores de entrega por aplicativos, decorrentes da precarização de suas atividades laborais, podem perpassar a prática profissional dos assistentes sociais por meio de suas demandas cotidianas.

Tais questões se referem às dificuldades que esses profissionais podem encontrar para manter o sustento de si e de sua família, considerando que esse não é um emprego formal e a remuneração pode não ser suficiente para suprir as necessidades dessas pessoas, que porventura podem buscar acesso a políticas públicas, como na assistência social, para atender a suas necessidades socioeconômicas vivenciadas.

Salienta-se que o trabalho informal, um dos componentes da reestruturação produtiva, traz consigo a intensificação do trabalho precarizado de tal forma que os trabalhadores se submetem a condições cada vez piores para manter seu meio de subsistência, tendo em vista a fragilidade desse trabalho e o grande número de mão de obra reserva, causando instabilidade e insegurança para a classe trabalhadora.

---

<sup>2</sup>Coronavírus – A doença do coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa recém-descoberta. O primeiro caso registrado no Brasil ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020.

Vale ressaltar que esse tema, por sua abrangência, está inserido nas ciências sociais e humanas, não circunscrito à área do Serviço Social. Trata-se de um fenômeno contemporâneo na sociedade, motivo pelo qual se torna relevante para estudo.

Nesses termos, objetivou-se compreender melhor a realidade de trabalho dos entregadores por aplicativos, considerando que essa profissão vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade capitalista, modificando significativamente a vida de parcela da classe trabalhadora.

Dados mostram que existem, hoje, milhares de trabalhadores atuando nesse setor em condições altamente precarizadas. Segundo a matéria de Sudré escrita para o jornal Brasil de Fato:

Não há dados oficiais sobre quantos entregadores estão cadastrados nos aplicativos. Somente o Ifood possui 160 mil entregadores ativos na plataforma, de acordo com informações enviadas à reportagem pela empresa, uma das principais do ramo. (SUDRÉ, 2021, p. 1)

Conforme publicado em julho de 2019 no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):

Os aplicativos de entrega, como Uber Eats, Loggi, Ifood, Rappi, entre muitos outros, vêm crescendo no mundo e no Brasil. Diante desta explosão de opções, o número de trabalhadores que atuam na área de entrega aumentou em 201 mil pessoas no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado. A conclusão é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2018, a quantidade de pessoas que trabalham por conta própria com delivery saltou 104,2%. (IPEA, 2019, p. 1)

Outro fator importante a se considerar é que o número de trabalhadores recorrendo ao serviço de entregas por meio de aplicativos durante a pandemia é grande, como se observa na reportagem de Gabriela Mello publicada em março de 2020:

O Ifood, que opera em mais de 1 mil cidades em todo o Brasil, recebeu em março 175 mil inscrições de candidatos interessados em atuar como entregadores da plataforma ante 85 mil em fevereiro, contou o vice-presidente financeiro e estratégico do Ifood, Diego Barreto, em entrevista à Reuters por telefone. (MELLO, 2020, p.1)

Mello traz ainda dados em relação a outro grande aplicativo de entregas: “No início de março, a Rappi informou alta de aproximadamente 30% em todas

as entregas na América Latina nos dois primeiros meses de 2020 em comparação com os dois últimos meses de 2019.” (MELLO, 2020, p.1)

Se, por um lado, esse tipo de serviço proporciona aos usuários comodidade e praticidade, para os trabalhadores traz insegurança e vulnerabilidade decorrentes, principalmente, do enxugamento de direitos trabalhistas.

Tendo em vista que esses trabalhadores recebem por entregas feitas, não sabem se o total recebido será suficiente para custear suas despesas básicas. Além disso, não possuem férias remuneradas, seguro-desemprego e auxílio-doença, mesmo que venham a se acidentar durante o serviço.

Essas inseguranças e vulnerabilidade ainda vêm se ampliando frente à covid-19, além da exposição ao vírus e o temor de contrair e/ou levar a doença para seus familiares, as empresas responsáveis pelos aplicativos não fornecem meios de proteção aos trabalhadores.

Dessa forma, acredita-se que, por ser um tema atual e conjuntural, seja de grande relevância para estes e demais pesquisadores se aprofundarem no assunto e analisarem esse fenômeno da sociedade capitalista.

A revisão de literatura<sup>3</sup> iniciou-se com a leitura de textos do autor Ricardo Antunes, importante sociólogo brasileiro, que dedicou seus estudos a temas relacionados ao mundo do trabalho, constituindo-se, assim, um importante pilar para a fundamentação teórica desta pesquisa.

Realizou-se o estudo do texto “Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?”, que compõe o livro “Infoproletários: degradação real do trabalho virtual”, em que o referido autor apresenta o trabalho como ponto de partida do processo de humanização e trata das mudanças realizadas pelo capitalismo. O autor salienta que, à medida que o trabalho deixa de ser propósito central do ser social e passa a ser o meio de subsistência da classe trabalhadora por meio da atividade assalariada e alienada, transforma-se em mercadoria.

Ele destaca, ainda, que diante da fase contemporânea de crise mundial do capital, o trabalho assume uma nova morfologia, mais flexível e precarizada, dando exemplo dos trabalhadores de *call centers*, de *telemarketing*, de

---

<sup>3</sup> Revisão de literatura: processo de revisão de conteúdos em livros, artigos, sites, anais de congressos, entre outros, que fornecem embasamento teórico para a pesquisa.

hipermercados, de *fast-food* e os *motoboys*. Antunes aponta que a escritora Ursula Huws “denominou como cibertariado o novo proletariado da era da cibernética que vivencia um trabalho (quase) virtual em um mundo (muito) real.” (ANTUNES, 2009, p. 233)

Ao buscar material sobre a temática específica dos trabalhadores de entrega por aplicativos, encontrou-se um artigo chamado: “A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativo no Brasil”. Esse artigo fala brevemente que o perfil desses trabalhadores é constituído, em sua maioria, por jovens do sexo masculino, negros e por pessoas que não conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho, evidenciando que apesar de trabalharem por mais horas que os trabalhadores formais recebem menos, além de não terem direitos sociais por parte dos empregadores e do Estado.

Também é salientado, nesse texto, que esses trabalhadores formam a categoria que mais apresentou sintomas de covid-19. Entretanto, em contradição a essa situação, foram os que menos pararam de trabalhar no contexto dessa pandemia.

Outro artigo que também compõe a revisão de literatura desta pesquisa chama-se “Força de trabalho, delivery e pandemia do covid-19”. Nesse material, a autora Mariana Covas Costa apresenta o trabalho dos entregadores em meio à pandemia como um grave problema de saúde pública, sendo analisado como uma questão humanitária, pois submetê-los a atividades de risco à própria vida é inconcebível.

Costa (2020) assinala que a falta de medidas de segurança contra o coronavírus dever ser enfrentada pelo Estado e as empresas contratantes devem se responsabilizar pela proteção desses trabalhadores.

Destaca, ainda, que essa nova forma de trabalho – flexibilizada e precarizada - decorre do acirramento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Vale frisar que o neoliberalismo se trata de uma doutrina e política socioeconômica que resgata os ideais liberais que pregam a autorregulação do mercado e a intervenção mínima do Estado na sociedade, o que acaba ocasionando o acirramento da exploração do trabalho visto o afrouxamento dos direitos sociais.

Segundo Montaño e Duriguetto (2010), o neoliberalismo representa uma contrarrevolução que, muitas vezes, é vista como simples reformas ou adequações que beneficiarão a todos, mas que na verdade são respostas articuladas do capital para garantir a continuidade da acumulação financeira e da exploração da classe dominada.

A reestruturação produtiva refere-se ao processo de flexibilização do trabalho mediante impactos significativos no modo de produção capitalista. Tais mudanças ocorreram na segunda metade do século XX. Em linhas gerais, o sistema produtivo que era baseado no modelo fordista/taylorista é alterado para o Toyotismo. Com esse novo modelo (japonês), acentua-se a busca por maior produtividade e lucratividade. Além disso, ocorre um avanço da tecnologia.

Nesse processo, altera-se a divisão do trabalho, seu fluxo de produção e até mesmo os requisitos para contratar os trabalhadores, que se orientam, a partir desse momento, pelas mudanças geradas pelo avanço tecnológico. Com a reestruturação produtiva, o trabalho vivo nas indústrias diminuiu, dando espaço para o trabalho morto, realizado pelas máquinas gerando mais lucro aos capitalistas.

Frente ao exposto, por meio da análise da atividade laboral dos trabalhadores de entrega por aplicativos, pode-se perceber os impactos desse processo em suas vidas. Os artigos estudados apontam consequências nefastas nestas. Ao longo do tempo, foi necessário que a classe trabalhadora se adaptasse à tecnologia para gerar novas formas de empregabilidade frente aos avanços nessa área e, concomitantemente, para atender à necessidade incessante de reprodução do capital em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores.

Considerando o tema estudado e os objetivos pretendidos, a abordagem metodológica escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa foi a qualitativa. Tal abordagem realiza interpretações da realidade social não circunscritas ao universo das ciências exatas, aprofundando-se no campo das experiências sociais, dando vazão à subjetividade dos sujeitos que participam da investigação. Segundo Teis e Teis, esse tipo de abordagem:

trata de gerar dados aproximando-se da perspectiva que os participantes têm dos fatos, mesmo que não possam articulá-la. Para conseguir captar esse sentido, as ações do próprio pesquisador precisam ser analisadas da

mesma forma como as ações das pessoas observadas. Assim sendo, todo processo é interpretativo. (TEIS; TEIS, 2006, p. 1)

As autoras apresentam o conceito de abordagem de pesquisa qualitativa partindo das reflexões de André (1995, p.17). Assim, essa abordagem:

[...] não envolve manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (ANDRÉ, 1995, p. 17 *apud* TEIS; TEIS, 2006, p. 2)

Cabe esclarecer que, em uma pesquisa científica, é necessário que se tenha claro e definido o método e a abordagem para se apropriar da realidade estudada, pois são esses os caminhos e estratégias que serão utilizados nesse percurso.

Também é preciso analisar a realidade estudada de forma crítica e considerando a totalidade, sem perder de vista a relação entre o objeto de estudo e o todo que o envolve, ou seja, os elementos econômicos, políticos, sociais, conjunturais, familiares e culturais.

Tendo isso em vista, esta pesquisa foi orientada pelo método marxiano. Foi por meio desse referencial teórico que se buscou conhecer e aproximar da realidade social, mais especificamente da realidade vivenciada pelos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos, aprofundando, assim, o conhecimento acerca dessa temática.

Cabe esclarecer que o método marxiano - ou também chamado de método histórico-dialético - busca conhecer o objeto de estudo partindo da realidade concreta por meio de sucessivas aproximações ao real, como esclarece Prates (2012):

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade as contradições inclusivas que o permeiam e as transformações ocorridas no percurso, transformações que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade. (PRATES, 2012, p. 117)

Na presente pesquisa, utilizaram-se amostras não probabilísticas do tipo intencional. Esse tipo de amostra, segundo Marsiglia (2006, p. 9), é utilizado quando se deseja “obter a opinião ou conhecer a situação de determinadas pessoas ou serviços, por sua especificidade e não representatividade do universo”.

Oliveira, Almeida e Barbosa (2012), ao tratar sobre as amostras, evidenciam que nesse tipo incluem-se os diversos casos em que o “pesquisador deliberadamente escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos bem representativos da população.” (COSTA NETO, 1977, p. 45 *apud* OLIVEIRA, ALMEIDA; BARBOSA, 2012, p. 37). Os autores complementam suas reflexões dizendo que:

De acordo com Gil (2010), na pesquisa etnográfica, por exemplo, não existe a preocupação do pesquisador em selecionar uma amostra com base em critérios estatísticos de proporcionalidade e representatividade em relação ao universo pesquisado. A ocorrência mais comum é a seleção da amostra com base no julgamento do próprio pesquisador. Ele seleciona os membros do grupo, organização ou comunidade que julgar mais adequados para fornecer repostas ao problema proposto. (OLIVEIRA, ALMEIDA; BARBOSA, 2012, p. 37)

Enquanto os autores Fontanella, Ricas e Turato (2008) expressam que:

O que há de mais significativo nas amostras intencionais ou propositais não se encontra na quantidade final de seus elementos (o "N" dos epidemiologistas), mas na maneira como se concebe a representatividade desses elementos e na qualidade das informações obtidas deles. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 20)

Para compor esta pesquisa, foram entrevistados quatro trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos. Acredita-se que esse número foi suficiente para fornecer os elementos estudados, evitando a saturação de dados. Ademais, considerou-se o tempo limitado para a elaboração deste TG e, ao mesmo tempo, sua natureza: trata-se de um trabalho de iniciação científica, o que dispensa análises de ampla magnitude não possíveis nesse formato de trabalho.

Vale ressaltar que, em decorrência da pandemia da covid-19, as entrevistas ocorreram de forma presencial e on-line conforme a preferência e a disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas remotas foram realizadas por meio de videochamadas, sendo duas entrevistas em cada modalidade.

Ressalta-se que as entrevistas ocorreram no município de Taubaté, considerando que é a cidade onde a pesquisadora reside, facilitando, assim, a realização e continuidade da pesquisa.

Para se conhecer a realidade dos sujeitos e realizar a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas. Esse formato de entrevista objetiva dar espaço para que o entrevistado expresse o que sente e vivencia. Nesta pesquisa, o enfoque foi em relação ao trabalho cotidiano dos entregadores por meio de aplicativos. Sobre essa modalidade de entrevista:

(...) o recurso da entrevista semiestruturada proporciona uma flexibilidade à coleta de dados, assim como uma maior abertura ao entrevistado, tornando dessa forma as respostas mais fidedignas, a qual se traduz através de uma série de perguntas que seguem o fio condutor que é a raiz da problemática, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas, na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento. (NUNES; NASCIMENTO; LUZ, 2016, p. 148)

Por meio desta pesquisa, foi possível conhecer como ocorre o processo de precarização do trabalho desses sujeitos. Dessa forma, aproximou-se de seu cotidiano e de sua visão sobre sua condição de vida e trabalho. Assim, foi possível observar não só pelas suas falas, mas também pela linguagem corporal, as implicações das atividades que executam, revelando informações necessárias, mas também possibilitando a expressão de sentimentos, de valores e, principalmente, de vivências. Essas informações deram sentido para a presente pesquisa.

O número de trabalhadores que atuam no setor de entrega tem crescido exponencialmente. Suas demandas são inúmeras e mostram as vulnerabilidades a que estão submetidos. Sendo assim, esperou-se, com as entrevistas, obter dados que explicitassem a realidade social e que permitissem uma análise mais profunda e crítica, como se vê neste trecho da fala do entregador Paulo Lima que consta no artigo de Costa:

Motoboy também é ser humano (...) A gente tem sonho, a gente chora, a gente tem família. A gente não é só entregador de comida (...). Seguimos fazendo as entregas no meio dessa crise do coronavírus e as empresas não nos fornecem nenhuma medida de proteção, como álcool em gel, máscaras ou luvas. Além disso, estamos trabalhando com fome (...) não temos condições de comprar álcool em gel e arcar com a alimentação na rua em meio a essa crise do coronavírus (...) vocês sabem o que é ter que trabalhar

o dia inteiro carregando comida para as pessoas, sentindo o cheiro, e estar com fome? Eu e meus colegas sabemos e passamos por isso todos os dias (...). Se eu cair doente, como vai ser? Quem vai levar o sustento para minha família? Ou pior, se eu levar esse vírus para dentro da minha casa e infectar minha vó ou minha filha pequena? (Paulo Lima, motoboy, 2020 *apud* COSTA, 2020, p. 78)

Evidenciam-se, na fala desse trabalhador, dificuldades<sup>4</sup> enfrentadas pela categoria, como a privação de alimentos, a falta de segurança quanto à saúde e à própria vida - à medida que estão expostos diariamente a acidentes de trabalho -, além do sentimento de desumanização por parte dos trabalhadores evidenciado na fala “motoboy também é ser humano”.

Nesse sentido, buscou-se estudar, de forma mais direta, as vivências dos trabalhadores nesse setor, pois acredita-se que, assim como por meio dessa fala, seria possível captar de maneira efetiva os sentimentos e percepções da classe que vive do trabalho e que sofre com a exploração diária desse sistema.

---

<sup>4</sup>Essas demandas foram apresentadas em um vídeo em que o trabalhador denuncia a situação vivenciada pela categoria e que foram selecionadas por Costa/2020.

## **2. RETRATO DOS TRABALHADORES QUE ATUAM NO RAMO DE ENTREGAS POR APLICATIVOS NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**

“A massa não é apenas objeto da ação revolucionária, é sobretudo sujeito.”

Rosa Luxemburgo

Neste capítulo, apresenta-se o perfil socioeconômico dos trabalhadores de entrega por aplicativos do município de Taubaté entrevistados, objetivando alcançar uma visão mais ampla da realidade de cada um deles. Contudo, para se compreender a uberização e a realidade dos trabalhadores desse setor, é preciso compreender, inicialmente, o que é o trabalho, qual sua finalidade e quais suas conformações na sociedade capitalista.

O trabalho é elemento central para a existência, pois é por meio dele que os seres se humanizam, criam e atendem a necessidades vitais. Por meio do trabalho, emprega-se a força humana e se exercem atividades que resultarão na subsistência e no desenvolvimento. Portanto, o trabalho é um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza atuando sobre ela, modificando-a e, ao mesmo tempo, modificando a si.

Contudo, Marx afirma que, na sociedade capitalista, o trabalho como fonte/motor de desenvolvimento e de emancipação do homem se torna um meio exclusivo de produção de mercadorias, as quais independem das necessidades e dos interesses coletivos, mas que respondam aos objetivos dos capitalistas: o lucro. Para o autor:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (MARX, 2014, p. 104)

Desse modo, na sociedade capitalista, o trabalhador, de forma intencional, exerce uma atividade específica que possui valor de uso para os demais, o que permite que a mercadoria gerada por seu trabalho seja comercializada.

Na sociedade capitalista, o trabalhador vai se distanciando da produção de sua mercadoria; o que é vendido é a sua mão de obra para grandes empresas e fábricas. Assim, sua força de trabalho ocorre em troca de um salário.

O trabalhador assalariado acaba sendo alienado à medida que a mercadoria é gerada por meio de sua força de trabalho; porém, não ele recebe o lucro deste.

Além disso, o trabalhador não possui uma visão geral de seu trabalho ou da mercadoria que produziu. Para exemplificar isso, pode-se citar as fábricas em que o trabalho é separado por etapas. Cada grupo de trabalhadores fica responsável pela fabricação de uma parte do produto e, no fim, não reconhece seu trabalho naquela mercadoria. O trabalhador que produziu, por exemplo, o volante de um carro, ao vê-lo passar na rua, muitas vezes não consegue perceber a dimensão de seu trabalho.

Conforme esclarece Faermann:

O trabalho assalariado na sociedade contemporânea constituiu-se como uma forma de aprisionamento do trabalhador, na medida em que seu modo de organização e de gestão está vinculado a mecanismos de dominação e opressão que degradam as condições de trabalho e adoecem, física e psicologicamente, os sujeitos, alterando toda a sua rede de relações sociais. (FAERMANN, 2015, p. 147)

Posto isso, vale destacar que, com a crise mundial do sistema capitalista de base taylorista-fordista e sua substituição pelo regime de produção flexível toyotismo, as mudanças que já vinham ocorrendo na sociedade capitalista se expandiram e se intensificaram ainda mais atualmente. Dentre as transformações no mundo de trabalho, pode-se citar uma nova relação trabalhista a qual passou a ser denominada de uberização do trabalho.

Ricardo Antunes, no livro “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0”, afirma que:

A Uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 11)

No mesmo sentido, Abílio, em seu artigo “Uberização e juventude periférica”, aponta que:

A uberização não se inicia com a empresa Uber, tampouco se restringe às plataformas digitais ou ao trabalho digital. Entretanto, o fenômeno mundial ocasionado pela atuação dessa empresa confere visibilidade aos elementos centrais da uberização. Por sua vez, as plataformas digitais catalisam essa nova forma de organização do trabalho, no que podemos compreender como plataformação do trabalho (Grohmann, 2020). Na perspectiva aqui apresentada, a uberização envolve centralmente as definições de trabalhador just-in-time, gerenciamento algorítmico e autogerenciamento subordinado. (ABÍLIO, p. 4, 2020)

O trabalho é elemento central na vida humana, mas na sociedade capitalista perde sua conotação positiva em decorrência da relação de exploração, na qual o trabalhador aliena o produto e a sua força de trabalho. Nessa nova forma de organização do trabalho, compreendida como uberização, esse processo torna-se ainda mais perverso. Objetivando adentrar nesse universo, apresenta-se, a seguir, o perfil socioeconômico dos entrevistados.

Conforme já mencionado, foram realizadas entrevistas com trabalhadores da cidade de Taubaté-SP que realizam entregas por meio de aplicativos. Para se conhecer o perfil desses trabalhadores, partiu-se das seguintes perguntas:

- Qual sua idade?
- Qual seu estado civil?
- Você tem filhos? Se sim, quantos?
- Qual sua escolaridade/formação?
- Quantas pessoas moram em sua casa?
- A casa é própria, alugada ou cedida?
- Qual é a renda familiar?
- Se você é arrimo de família, ou seja, se sua família é mantida exclusivamente por meio de seu trabalho, como você vê essa situação? Como sua família vê essa situação?

As respostas para tais perguntas trouxeram elementos essenciais para o início da análise acerca do objeto de estudo deste trabalho.

Um ponto importante sobre o perfil desses trabalhadores é que se explicita nesta pesquisa é que a população jovem é maioria entre os trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos. Na pesquisa, a idade dos entrevistados está entre 23 e 27 anos, tendência que se mostra também em termos nacionais. Em reportagem da UOL, o jornalista Pedro Marques (2019, p.1) apresenta um “raio X do entregador” a partir de dados coletados do IBGE/PNAD. Os dados apontam que 36,3% dos entregadores têm até 25 anos, 44,7% entre 26 e 35 anos, 16,3% está na faixa etária de 36 e 45 anos e apenas 2,7% têm mais de 46 anos.

Entende-se que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é a principal razão para que os trabalhadores busquem atividades informais - nesse caso, o serviço de entregas por meio de aplicativos. Duarte (2014) apresenta que:

A denominação mercado de trabalho informal foi utilizada, pela primeira vez, por Keith Hart em um estudo sobre o emprego urbano em Gana, em 1971. Hart introduziu a ideia de “oportunidades de geração de renda formais e informais” para estudar a ocupação urbana entre os estratos de menor renda da população, fazendo uma distinção entre formal e informal a partir da identificação do primeiro com o emprego assalariado e do segundo com o emprego por conta própria. No entanto, a difusão mundial do termo parte da interpretação que surge dos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos marcos do Programa Mundial de Emprego, o qual tinha por objetivo a realização de estudos e a proposição de estratégias de desenvolvimento econômico focados na geração de empregos. Nos termos desse programa, o setor informal era entendido como um fenômeno típico dos países subdesenvolvidos, nos quais a especificidade do desenvolvimento capitalista não havia permitido a incorporação expressiva, no mercado de trabalho, de parcela da população trabalhadora, de modo que, como alternativa para essa população, abriu-se a possibilidade para o surgimento de outras estratégias de sobrevivência, as quais estavam circunscritas ao conjunto das chamadas atividades informais. (DUARTE, 2014, p. 203)

O autor aponta ainda que:

O mercado de trabalho informal é o lócus de compra e venda da força de trabalho sem registro em carteira e, por conta disso, sem vinculação com a seguridade social. Por fim, o trabalho informal são todas as formas de trabalho exercidas à margem da legislação vigente ou que passam a ser permitidas a partir das modificações institucionais que prevalecem após o processo de desregulação do trabalho. (DUARTE, 2014, p. 205)

Desse modo, entende-se que o mercado de trabalho informal não se apresenta à classe trabalhadora como uma escolha e sim como a única alternativa para sua subsistência. Não se trata de profissionais autônomos ou empreendedores, como apontam as grandes empresas e a mídia; são trabalhadores que vivenciam o desemprego e todas as dificuldades decorrentes deste tendo como alternativa apenas a superexploração mediante o trabalho altamente precarizado e sem nenhuma garantia trabalhista.

Ressalta-se que a procura por esse tipo de serviço evidencia o impacto do desemprego estrutural na realidade da classe trabalhadora no Brasil. A própria estrutura econômica e o avanço da tecnologia fazem com que haja um enxugamento dos postos de trabalho. O trabalho que antes era realizado por cinco trabalhadores, por exemplo, passa a ser realizado por um único trabalhador que opera uma máquina ou utiliza da tecnologia para exercer seu trabalho. Essa situação, além de aumentar o desemprego, faz com que os trabalhadores empregados trabalhem muito mais.

A respeito do desemprego estrutural, as autoras Oliveira e Santos expressam:

Quanto ao desemprego estrutural, este é também chamado de tecnológico, pois é a própria estrutura econômica que passa a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Não se trata propriamente de perda, mas sim da extinção dos postos de trabalho e isso é um reflexo da queda da própria economia. É resultante do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias, este desemprego vem sendo provocado pela modernização de máquinas e equipamentos. (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 7)

Ademais, as autoras apresentam:

Fica claro, neste contexto, que grande parcela de trabalhadores permanece na subalternidade, inseridos em trabalhos subcontratados e precarizados e por vezes temporário, o que vai requerer do trabalhador sua adequação as tendências do mercado, submetendo-o excessivas jornadas de trabalho, sem descanso ou lazer, e com remuneração desproporcional. Portanto, o desemprego exerce sua função na lógica capitalista, pois tende ser um instrumento cujo objetivo de pressionar os salários para baixo, o que vai impor a classe que vive do trabalho impactos negativos nas condições sociais, trabalho e saúde e dificultando sua adaptação. (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 9)

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>5</sup> apresentados em reportagem do jornal El país em janeiro de 2020, um em cada cinco jovens com menos de 24 anos busca ocupação, mas não obtém sucesso. Os dados apontam que a taxa de desocupação juvenil chegou a 19,8% nesse mesmo período, ou seja, as informações obtidas são referentes à realidade pré-pandemia e há dados que mostram que a taxa de desemprego se intensificou.

Diante desse contexto, outro fator que pode influenciar na predominância de jovens realizando essa atividade laboral é a maior facilidade de aquisição e de manutenção de motos e bicicletas para esse público. Em relação aos trabalhadores que realizam as entregas de bicicleta, Abílio (2020) ressalta que:

Bikeboys desempenham a mesma atividade que motoboys, só que de forma ainda mais precária e arriscada. Apresenta-se então a tese de que a participação significativa de jovens negros nesse trabalho está relacionada com essa precarização. Um elemento central para esse argumento é o deslocamento do meio/instrumento de trabalho, da moto para a bicicleta. A bicicleta é um instrumento de baixo custo de aquisição e manutenção — que pode ser ainda mais reduzido ou diluído quando ela é diariamente alugada por meio do serviço de bicicletas compartilhadas. O trabalho do bikeboy demanda essencialmente força e resistência físicas durante a realização das entregas e nas longas horas de espera do trabalhador just-in-time. [...] (ABÍLIO, 2020, p. 9)

A autora ainda complementa:

Pesquisa quantitativa realizada pela Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike) com 270 entregadores ciclistas por aplicativo na cidade de São Paulo confirma que os bikeboys uberizados são hoje predominantemente negros (71%) e jovens (75% dos entrevistados tinham até 27 anos). Em média, esses trabalhadores recebem R\$ 936 por mês, sendo que 54% dos entrevistados afirmaram trabalhar entre nove e doze horas diárias e 57%, de segunda a domingo (Aliança Bike, 2019). Jovens desempregados, jovens em empregos de alta rotatividade, baixa remuneração e informais passam então a acessar um novo meio de geração de ocupação e renda, para o qual é necessário simplesmente aderir, ter um cadastro aprovado, fazer um investimento econômico mínimo e criar estratégias próprias de manutenção na atividade. (ABÍLIO, 2020, p. 9)

---

<sup>5</sup> Trata-se de um órgão da ONU.

Quanto à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, salienta-se que esta não está necessariamente atrelada à falta de capacitação profissional e/ou escolaridade, na medida em que até mesmo profissionais graduados têm recorrido a trabalhos informais como os serviços de entrega por aplicativo e/ou como motoristas de aplicativo.

Dados apresentados pelo jornal UOL – “Raio X do entregador” - revelam que a maior parte dos trabalhadores que atuam nessa área possui ensino médio completo - 54% - e que 29% possuem ensino fundamental incompleto. Já 12% apresentam ensino superior incompleto e 5% superior completo.

Ainda que a taxa de profissionais graduados seja inferior às demais, os dados evidenciam que profissionais com diferentes níveis de capacitação estão recorrendo a um serviço precário, altamente explorado e com baixa remuneração.

A razão para profissionais não atuarem em suas áreas de formação e recorrerem ao trabalho informal disponível nas plataformas de *delivery* está diretamente ligada ao desemprego estrutural.

Quanto ao nível de escolarização dos entrevistados desta pesquisa, as respostas são distintas, como se observa a seguir:

Ensino médio incompleto. **(Participante O)**

Superior incompleto ou em andamento, não sei, porque faltou só o TG. **(Participante M)**

Ensino superior incompleto. **(Participante S)**

Eu terminei o ensino médio. **(Participante V)**

No que diz que respeito ao estado civil, todos os entrevistados informaram que são solteiros e que não possuem filhos. Quanto à composição familiar, dois profissionais declararam residir sozinhos e dois com familiares, sendo que estes não são arrimos de família. Mesmo os participantes que moram sozinhos possuem colocações precisas quanto à dificuldade de subsistência a partir de suas atividades laborais:

Sozinho é muito mais fácil na realidade, por que eu não tenho responsabilidade com ninguém né? Mas quem tem que sustentar família e depende só de serviço de entregador morre de fome, eu acho, porque é muito difícil. **(Participante S)**

[...] É difícil meu, porque se a gente não ‘trampar’, se não botar a cara... Por exemplo, hoje está chovendo, eu não vou trabalhar, aí não vou ganhar hoje. Aí tem a gasolina, as coisas assim, se você for pôr na ponta do lápis, no fim do mês vai pesar. Tem dia que mesmo a gente não querendo ‘trampar’ tem que ir. Então, aí você vai numa expectativa de fazer 100 reais e faz 50, 60. É meio desanimador, porque é um dia pelo outro, tem dia que você ganha bem e fala “nossa, armou, ganhei bem”; aí no outro dia você vai, não ganha quase nada, faz nem o da gasolina. Ainda mais em questão dessa pandemia, várias pessoas e fábricas fecharam, o comércio, e rolou várias demissões. Então, tem muita gente que falou “não tenho o que fazer, vou entrar no aplicativo de entrega, vou entrar na Uber”. Então, se antes a galera ganhava bem, agora está bem mais difícil ganhar, porque tem muito mais gente. Para você ganhar bem você tem que trabalhar muito. Sobrevivência, né? O cara pensa: “Não tenho o que fazer, vou instalar o aplicativo e trabalhar por conta própria”. Só que, tipo, se você não ‘trampar’, você não ganha. E tem dia que, tipo, você ‘trampa’ e não rende, você ‘trampa’ só para gerar o gasto do que ‘trampou’. Hoje, eu rodei pra caramba e tal, e você fala: “Nossa, paguei a gasolina só”. Tem dia que é assim. **(Participante O)**

Dois pontos, em especial, merecem destaque nas respostas dos entrevistados acima. O primeiro é que o participante S, a partir de sua experiência como trabalhador de entregas, tem clareza de que um trabalhador que necessita sustentar sua família exclusivamente por meio desse trabalho “morre de fome”. Efetivamente, essa é a realidade de muitos entregadores de aplicativos. Se se retoma a pesquisa anteriormente citada – “Em média, esses trabalhadores recebem R\$ 936 por mês, sendo que 54% dos entrevistados afirmaram trabalhar entre nove e doze horas diárias e 57%, de segunda a domingo” (Aliança Bike, 2019) – torna-se compreensível sua análise.

Ainda que esses trabalhadores exerçam suas atividades laborais por horas a fio, qual a probabilidade de se conseguir arcar com os custos de vida - moradia, água, luz, gás, alimentação, vestimentas, transporte, manutenção de seu instrumento de trabalho, medicamentos, materiais escolares, entre outras coisas que eles(as) e seus filhos venham a precisar - com um valor inferior a um salário mínimo por mês? Ainda que fosse um valor superior ao salário mínimo, seria insuficiente considerando a carestia dos alimentos e a inflação absurda no país.

Conforme cálculo elaborado pelo Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo ideal para uma família viver com dignidade - considerando os custos com alimentação, educação, moradia e

saúde - deveria ser de R\$ 5.518,79 mil mensais. Contudo, o salário mínimo previsto para o ano de 2022 é de R\$ 1.169,00 reais e não acompanha o crescimento da inflação.

O segundo ponto que merece destaque encontra-se no relato do participante O, que traz ao debate o número elevado de trabalhadores que recorreram aos aplicativos durante a pandemia, acarretando dificuldades de se receber o mesmo valor pela prestação de serviços no período anterior a ela.

De fato, durante e em razão da crise econômica e sanitária da covid-19, muitos profissionais ficaram desempregados e viram como única alternativa o trabalho informal oferecido pelas plataformas de *delivery*. O impacto da alta demanda de profissionais não causa surpresa, tendo em vista a conhecida lei de oferta e da procura de Adam Smith<sup>6</sup> e o conceito de exército de mão de obra reserva de Karl Marx<sup>7</sup>.

Dados revelam o crescimento das plataformas de *delivery* no Brasil durante a pandemia em razão do isolamento social. Em reportagem de Talita Laurino (2021, p. 1) ao Jornal Metrôpoles em fevereiro de 2021, a jornalista apresenta informações da *startup* Mobills, as quais indicam que os gastos com *delivery* no Brasil aumentaram 187% durante a pandemia, considerando as despesas de 46 mil usuários de aplicativos durante todo o ano de 2020. O aplicativo mais utilizado nesse período foi o Ifood e teve 172% de crescimento; o Rappi cresceu 121% e o UberEats 37%.

Em contrapartida, os dados revelam que há um aumento expressivo na procura por vagas nessa modalidade de trabalho que gera uma fila de espera para aprovação nas plataformas, que por sua vez não conseguem absorver tantos trabalhadores. Uma reportagem da CNN Brasil publicada no ano de 2020 aponta que:

No Ifood, a fila de espera de entregadores registrou seu pico nos últimos 60 dias. De março a junho deste ano, a plataforma recebeu

---

<sup>6</sup>A lei da oferta e da procura é um conceito criado pelo economista Adam Smith. O autor aponta que quanto maior a procura por determinado produto ou serviço, maior será o valor cobrado por ele. No caso dos trabalhadores de entrega, a oferta de serviço é maior que a procura, de forma que o valor do serviço tende a cair.

<sup>7</sup>O exército de mão de obra reserva é um conceito criado por Karl Marx e diz respeito à força de trabalho excedente em comparação com as necessidades da produção. Esse conceito marxiano tem relação direta com o desemprego estrutural.

480 mil novos cadastros e não deu conta de absorver todo mundo. O número é mais de três vezes a quantidade de entregadores que estavam habilitados em fevereiro (131 mil), antes da pandemia. Em março, os entregadores passaram a 170 mil. A Rappi não divulgou sua quantidade de entregadores. Disse apenas ter registrado em abril um aumento de 128% no número ante igual mês de 2019, mas informou que em julho os números voltaram ao patamar anterior e que “neste momento não está com tempo de espera para ingressar na plataforma”. Procurado, o Uber não respondeu. Nas redes sociais e em sites de atendimento ao consumidor, há inúmeros relatos de quem espera até mais de seis meses para começar a trabalhar como entregador. Na última semana de junho, o número de desempregados no Brasil chegou a 12,4 milhões, segundo o IBGE. (CNN, 2020, p. 1)

Nessa mesma direção, os trabalhadores entrevistados relatam que no município de Taubaté a demanda não é suficiente para o número de profissionais. Assim, os trabalhadores têm menos serviço a cada dia. Além disso, a mão de obra excedente faz com que os profissionais tenham redução no valor de suas atividades laborais pago pelas empresas - no caso, as plataformas de *delivery*.

Retomando os depoimentos dos entrevistados S e O, ambos expressam os mesmos sentimentos quanto à dificuldade de sobrevivência dos trabalhadores que vivem exclusivamente do serviço de entregas por meio de aplicativos. Nesse sentido, reconhecem os desafios de seus companheiros que são arrimo de família - quando estes são os responsáveis pela manutenção de suas residências e não têm com quem contar.

Junto a isso, os profissionais ainda se deparam com a desvalorização de seu serviço, sobretudo pelos empregadores que superexploram seu trabalho, mas também por parte da população que avalia que as pessoas escolhem essa atividade laborativa por se tratar de um serviço “fácil” - no sentido de que não exige formação e, ao mesmo tempo, de que há grande demanda nesse setor -, o que não procede. Tais questões podem ter seu início dentro de suas próprias famílias, como relata um dos participantes:

Da parte da minha família é meio complicado, porque eles brigavam comigo dizendo que isso não era serviço certo. Então, eu não deveria perder meu tempo com isso, deveria perder meu tempo procurando emprego, em vez de me dedicar nas entregas. Só que, para mim, eu

vejo como um bom emprego, não tenho do que reclamar.  
(Participante V)

Observa-se que o participante V não possui consciência do quão precarizado é o serviço exercido por ele. Seu pensamento faz parte do processo de alienação que envolve a sociedade capitalista e o mundo do trabalho. Ele relatou, ao longo da entrevista, ter abandonado o serviço de entregas por meio dos aplicativos e optado por entregas particulares, por acreditar que trabalhadores que realizam entregas de bicicleta encontram maiores dificuldades do que os que realizam de moto. Conta que havia momentos em que realizava apenas duas entregas durante toda a semana.

É importante destacar que o trabalhador desse ramo recebe apenas pelas entregas realizadas e não há qualquer remuneração pelas horas em que fica disponível para a plataforma em espera por uma entrega. Essa condição de trabalho é chamada de *zero hour contract* - contrato de zero horas. Sobre essa realidade, Ricardo Antunes aponta que:

Eles e elas ficam à espera de uma chamada por smartphone e, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram esperando. Essa modalidade de trabalho abrange um universo imenso de trabalhadores e trabalhadoras, [...]. Tudo isso facilitado pela expansão do trabalho online e pela expansão dos “aplicativos”, que invisibilizam ao mesmo tempo que ampliam exponencialmente uma parte expressiva da classe trabalhadora, em especial, mas não só no setor de serviços. Outro exemplo encontramos na Uber: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis arcam com as despesas de seguros, gastos de manutenção de seus carros, alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” se apropria do mais-valor gerado pelo sobretrabalho dos motoristas, sem nenhuma regulação social do trabalho. A principal diferença entre o *zero hour contract* e o sistema Uber é que, neste último, os/as motoristas, ao recusarem as solicitações correm o risco de serem demitidos. A relação de trabalho é, então, ainda mais evidente. Dos carros, para as motos, destas para as bicicletas, patinetes etc. A engenhosidade dos capitais é, de fato, espantosa. (ANTUNES, 2020, p. 12)

Diante dessa realidade, o trabalhador V ainda afirma que é um bom emprego e que não tem razões para reclamar. O que justifica sua interpretação positiva acerca desse emprego? A metamorfose no mundo do trabalho que leva milhões de trabalhadores a migrarem da CLT para o trabalho digital confere a ilusão de que esses profissionais se tornaram seus próprios chefes, tentando encobrir a precarização latente nessa nova relação “empregatícia”.

Essa problemática ainda não foi incorporadora e assimilada criticamente por toda a população. Lamentavelmente, esses trabalhadores são obrigados a se submeterem a formas levianas, precarizadas e exploradas de trabalho dado o desemprego estrutural. Portanto, há enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Ademais, eles são empurrados a esforços diários para exercer essa atividade laboral tendo, ainda, que conviver com a pressão da família e da sociedade.

Nota-se, ainda, que há uma culpabilização por parte desse trabalhador, pois ele acredita que essa é uma dificuldade encontrada apenas por ele, não conseguindo perceber que se trata de problema estrutural que afeta os demais trabalhadores. Ressalta-se que o pensamento do participante V não é algo aleatório; trata-se de um processo articulado e previamente planejado pelo grande capital.

O processo de alienação do trabalhador é um instrumento do capital para que o trabalhador se torne alheio a si e a seu trabalho. Mângia define esse processo como

Alienação como um conceito histórico, é um produto, o resultado necessário das relações que se estabelecem no modo de produção capitalista. Pode-se dizer que, nesse contexto, há em todas as relações um grau de alienação. A sociedade capitalista caracteriza-se pela apropriação privada do trabalho coletivo e pela distribuição desigual dos produtos desse trabalho. O trabalho é coletivo enquanto produção e é privado enquanto apropriação. A apropriação do trabalho humano e seus excedentes é a base da alienação. (MÂNGIA, 2003, p. 2)

A respeito da alienação, Mészáros afirma que:

Alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da vendabilidade (a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão de seres humanos em coisas, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em indivíduos isolados, que visam seus objetivos limitados, particularistas. (MÉSZÁROZ, 1981, p.37 *apud* MÂNGIA, 2003, p. 2)

Diante do exposto, pode-se compreender o que leva o participante V a não enxergar a precarização, a instabilidade, os riscos e a falta de direitos que envolvem sua atividade laboral. Ainda que se decepcione com a falta de apoio

dos familiares, a forma como esse serviço ocorre faz com que não seja um trabalho valorizado pela sociedade.

Quanto aos demais depoimentos, a participante M aponta:

Eu acho que é necessário que a sociedade passe a valorizar esses serviços, esses trabalhos autônomos, como o de entregador e nos enxergue como um serviço essencial. Não posso falar que eu quero que mude as condições de trabalho, porque se mudar as condições de trabalho passaria a ser um trabalho formal e a minha condição de trabalho é de um trabalho informal e a gente sabe que diante de tantas pessoas que estão nessa condição de trabalho informal as empresas nunca irão formalizar esse vínculo, não vai se ter um vínculo empregatício com direitos e tudo que acarreta as leis trabalhistas. Então, acho que as condições de trabalho, quem não se sente satisfeito com isso, é procurar outro trabalho mesmo, porque esse tipo de serviço sempre vai existir, trabalho autônomo sempre vai existir e as empresas, os aplicativos de delivery não vão mudar a dinâmica de trabalho que eles exercem. **(Participante M)**

O serviço de entrega é, de fato, um serviço essencial não apenas no contexto da pandemia, a qual gerou o isolamento social. Mesmo fora desse contexto, possibilita que parte da população compre itens como alimentos e remédios por aplicativos e os receba em suas residências com mais conforto, rapidez e segurança do que se precisasse se deslocar até os comércios.

Contudo, esse trabalho deve ser valorizado no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas, pois esses trabalhadores estão submetidos à lógica do trabalho informal, o que gera insatisfações, vulnerabilidades, riscos e críticas.

A participante M mostra desesperança frente à possibilidade de as empresas de *delivery* se enquadrarem na legislação trabalhista e, de fato, isso não ocorrerá sem uma pressão gigantesca dos trabalhadores e da sociedade. Nesse sentido, esse trabalho não pode ser valorizado pela sociedade e pelos próprios trabalhadores diante da inexistência de direitos.

Quanto à renda familiar dos profissionais, como vimos no decorrer da pesquisa muitas vezes, não chega à um salário-mínimo. Observa-se os relatos dos entrevistados na íntegra:

Então, varia muito. Em média, dois e meio que eu ganho, mas tem mês que eu ganho dois, tem mês que eu tiro 1800. Depende muito também do meu esforço, que nem: Eu tenho minha renda fixa, que eu trabalho, né? E tenho meu salário fixo. Aí, quando estou no pique mesmo, disposto, eu vou lá e ligo o aplicativo, aí eu consigo tirar uma moeda a mais. Mas a média é dois e meio. **(Participante O)**

Dois salários-mínimos. Meu avô é aposentado, minha mãe desempregada e eu, autônoma. (**Participante M**)

Como é um emprego complementar, eu não preciso do emprego propriamente dito, então eu fico mais confortável em não trabalhar diversos dias por causa da minha primeira renda. A minha primeira renda é de mais ou menos três mil e oitocentos reais. (**Participante S**)

Então, a renda familiar gira mais ou menos...com a aposentadoria do meu avô e a minha renda, deve girar em torno de 5 ou 6 mil por mês. (**Participante V**)

É interessante evidenciar a fala do participante O a respeito de seu esforço. Só pelo fato de esse trabalho ser de alto risco já não se poderia pensar na remuneração pela quantidade de entregas, haja vista o número de acidentes fatais envolvendo *motoboys*. Uma pesquisa realizada pelo Observatório da Precarização do Trabalho e da Reestruturação Produtiva mostrou que 51% dos trabalhadores que participaram da greve realizada no dia 1 julho de 2020 já sofreram acidentes enquanto trabalhavam.

Ao se parar para pensar apenas sob a lógica neoliberal, há outros fatores que impactam no ganho mensal dos entregadores, de modo que o esforço por si só, em determinados momentos, não é o bastante. Portanto, até mesmo essa justificativa capitalista cai por terra.

Notou-se que o relato do participante apresenta e está impregnado pelo discurso de meritocracia, ainda que não seja consciente. Assim, é necessário cuidado para evitar a culpabilização do indivíduo pela situação vivenciada frente ao contexto de crise, de exploração, de desigualdade social, de falta de direitos trabalhistas e de amparo governamental.

No artigo intitulado “Ressonâncias do discurso da meritocracia em ‘não fale em crise, trabalhe’”, Lima (2019) aponta que:

[...] após o golpe político-midiático instaurado em 2016, no Brasil, quando objetivava levar uma palavra de esperança ou, talvez, oferecer a segurança, supostamente, perdida durante o governo que o precedeu, Michel Temer profere o enunciado “Não fale em crise, trabalhe”. Nesse momento, sugere, muito mais do que uma forma de suplantar a crise, uma culpabilização do cidadão que, em vez de produzir, isto é, em lugar de trabalhar para minimizar os efeitos da crise, continua, apenas, falando sobre ela, reclamando. Além desse, outros efeitos de sentido poderiam irromper deste enunciado, que

poderia se traduzir, por exemplo, em outros enunciados parafrásticos como: “cada um tem o que merece”, “não haverá liberdade/resolução para a crise sem trabalho”, “quem fala em crise é quem não trabalha” ou, ainda, “se quer sair da crise, trabalhe”. (LIMA, p. 6, 2019)

Observa-se que o discurso da meritocracia é usado estrategicamente pelos capitalistas, pelos governantes e pela grande mídia e vai sendo absorvido pela população, que passa a acreditar nessa falácia e a considerar que não está se esforçando o suficiente. A autora segue analisando os impactos desse discurso, que também é empregado por pessoas que ocupam um cargo de poder, e faz uma interessante comparação como se pode ver a seguir:

O uso de uma retórica que culpabiliza a população não é algo novo nem historicamente nem, por conseguinte, no plano discursivo. Os sentidos daquilo que se diz estão no interdiscurso das formações discursivas e, com relação ao discurso sobre a meritocracia, podem ser encontrados desde em textos bíblicos, por exemplo, até, quando alguém atribui à vítima a responsabilidade, por exemplo, por ser assaltada por não ter o cuidado necessário. As problemáticas sociais não são, obviamente, culpa das vítimas; ao contrário. É preciso refletir, portanto, sobre como, por meio do uso de um discurso interessado em desviar responsabilidades, algumas instituições dirigem-nas aquele que é, como se disse, vítima dessas realidades. **Assim, o prisioneiro, ao entrar nos campos de concentração, deparava-se com a frase “O trabalho liberta”, que direcionava para ele a responsabilidade por estar nessa condição, impondo-lhe a verdade deque, por não trabalhar, não poderia ser livre ou, ainda, de que, se queria ser liberto, precisava trabalhar.** Assim, o objetivo era claro: estabelecer uma manutenção daquele retrato de dominação e conseqüente violência (de várias esferas) a que aquele ser humano estava (e deveria permanecer) subjugado. Observa-se, portanto, na formulação proferida por Temer, a constituição de um eco discursivo da meritocracia do enunciado dos campos de concentração, a manutenção do sentido, a retomada do mesmo. (LIMA, 2019, p. 6, grifo nosso)

Assim, os discursos são historicamente utilizados como uma estratégia para se conservar o *status quo* e para se manter a dominação da classe trabalhadora sem que o trabalhador possa questionar sua condição, por acreditar que a realidade é tal como se manifesta aparentemente, sendo de sua inteira responsabilidade, fruto de esforço pessoal ou, ainda, de sua falta de esforço. Diante desse processo alienante, há de se atentar aos discursos capitalistas que são cotidianamente repetidos à classe trabalhadora.

Quanto à questão de sexo e raça/cor dos participantes desta pesquisa, três entrevistados foram do sexo masculino - sendo dois brancos e um negro - e uma entrevistada branca do sexo feminino.

### 3. REALIDADE COTIDIANA DOS TRABALHADORES QUE REALIZAM ENTREGAS POR MEIO DE APLICATIVOS

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

Paulo Freire

Neste capítulo, apresenta-se como ocorre a atividade laboral dos trabalhadores entrevistados, objetivando alcançar as particularidades de trabalho de cada um deles. Para se alcançar tal objetivo, partiu-se das seguintes indagações:

- Atualmente, você realiza entregas por meio de mais de uma plataforma? Se sim, quais?
- Como é para se cadastrar nessas plataformas?
- O que te levou a procurar emprego nessa área?
- Quantas horas, em média, você trabalha por dia?
- Você estipula uma meta a ser atingida?
- Você realiza as entregas de moto ou de bicicleta? Quais as dificuldades encontradas?

Quanto à plataforma utilizada, um dos trabalhadores relata:

No momento, eu trabalho só com uma plataforma, que é a Bee Delivery. Eu estou na fila de espera para começar a trabalhar no Ifood, só que tem muita gente na fila de espera, então eu estou mais de um ano esperando. **(Participante O)**

Nota-se a perversidade do capitalismo em relação a quão é grande a dificuldade da população se inserir no mercado mesmo se tratando de um serviço precarizado. Há uma fila de espera gigantesca para ainda se sujeitarem a um trabalho informal, precário, sem direitos trabalhistas, mal remunerado e perigoso. Além de todos esses aspectos, esses trabalhadores precisam trabalhar por muito mais horas do que trabalhadores com registro em carteira.

Eu trabalho para o Ifood. A minha plataforma principal de trabalho é o Ifood. Eu tenho cadastro em outras plataformas como a Ame, Ame Flash - que é da Americanas, a Bee – que é uma outra empresa de delivery que tem em Taubaté, que é a segunda, digamos, mais popular e, agora, tentei ser aprovada no Taubaté Express, que é uma outra empresa de delivery que pelo jeito está crescendo em Taubaté também. **(Participante M)**

No meu caso era só uma, só a Uber. **(Participante S)**

Eu trabalhei em três plataformas. Só que dessas só duas foram boas. Foi a Bee Delivery, Uber Eats e o Ifood. **(Participante V)**

Diferentemente do que se imaginava, a maior parte dos entrevistados não atua em diferentes plataformas ao mesmo tempo, ainda que realize o cadastro em mais de uma delas.

Os aplicativos mais usados pelos entrevistados também seguem a tendência nacional. Conforme pesquisa realizada em 2020 pelo Instituto Qualibest, os aplicativos de *delivery* mais utilizados pelos usuários são: Ifood (75%), Uber Eats (35%), Rappi (18%), aplicativo de delivery próprio do restaurante (13%), 99food (10%), James, Aiqfome e Delivery Much.

No cenário municipal, nota-se que as plataformas mais utilizadas pelos trabalhadores são Ifood, Uber Eats e Bee delivery. Todos os participantes relataram que é muito simples realizar o cadastro nessas plataformas, em que a única dificuldade apresentada é sobre a lista de espera e a demora para a aprovação do cadastro:

Você baixa o aplicativo e faz o cadastro ou pelo próprio site. O Ifood, o tempo de espera está longo, tem gente que está mais de anos esperando ser aprovado e não consegue, porque tem muito entregador na região. **(Participante M)**

Foi fácil, essa foi fácil...a do Ifood nem aprovou, porque tem muita gente. **(Participante S)**

Se por um lado é fácil realizar o cadastro nessas plataformas, por outro há uma lista de adversidades que envolvem esse setor. Em reportagem de Vitor Filgueiras e Renata Dutra (2020, p.1) para o jornal UOL, são apresentados dados de uma pesquisa realizada pela Faculdade de Economia

da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a respeito da média de horas trabalhadas pelos trabalhadores de entrega. A pesquisa contou com a participação de 103 trabalhadores nas cinco regiões do Brasil, sendo 72 motociclistas e 31 ciclistas.

Os dados apontam que os trabalhadores que têm como única fonte de renda o serviço de entrega realizado para as plataformas possuem uma jornada semanal de aproximadamente 64,5 horas e uma jornada diária de 10 horas e 24 minutos. Além disso, conforme a reportagem, esses trabalhadores “em média, atuam 6,16 dias por semana, sendo que 40% deles trabalham todos os dias. Considerando a jornada normal de 44 horas, é como se fizessem 20 horas extras todas as semanas”.

Quanto aos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, seguem seus depoimentos sobre a jornada diária de trabalho:

No momento, eu estou trabalhando no aplicativo só dia de folga minha. Por exemplo, eu trabalho de segunda a sábado no serviço fixo, das 8h às 5 da tarde. Aí saio do trampo e para fazer uma renda extra eu vou lá e ligo o aplicativo, né? Trampo pouco na noite, umas 4 ou 5h por dia, mas teve época que eu estava só no aplicativo, eu trampava 10h, 12h. **(Participante O)**

Eu trabalho de 10 a 12 horas por dia. **(Participante M)**

Eu trabalhava em torno de 8 horas. Uma rotina normal de trabalho mesmo eu levava. **(Participante V)**

Diante disso, constata-se que esses trabalhadores vêm sendo privados de seus direitos relacionados a lazer, a descanso e até mesmo à convivência familiar.

Chama a atenção que o participante O acredita que trabalhar 4 ou 5 horas, além da jornada fixa de trabalho, seja pouco, visto que, no total, ele chega a trabalhar até 13 horas por dia, contrariando os direitos constitucionais previstos. Na Constituição Federal de 1988, no artigo 7, inciso XIII, está previsto como direito do trabalhador:

Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. (BRASIL, 1988)

Além disso, um estudo realizado pelo OIT em 2009, chamado “Duração do trabalho em todo o mundo”, aponta que o limite máximo de trabalho semanal saudável não poderia passar de 50 horas, pois se tornaria um trabalho insalubre.

Em reportagem de Robert Hart (2021, p. 1) para o jornal da Forbes, foi apresentado um estudo realizado pelo OMS em parceria com OIT que alertou sobre o risco de se trabalhar mais do que 55 horas semanais. O estudo aponta que, em 2016, 745 mil pessoas vieram a óbito em razão de derrame e de doenças cardíacas causados pelo excesso de trabalho.

Ressalta-se que o excesso de trabalho pode afetar ainda a saúde mental dos trabalhadores, tendo em vista a constante pressão sob a qual trabalham, sem que exista nenhuma segurança, sobretudo no ramo em questão.

Frente à tanta precariedade, a jornada de trabalho prevista na Constituição Federal de 1988, que é de 44 horas semanais, não é a realidade desses trabalhadores. No caso do participante V, ele comenta que trabalha em média 8 horas por dia; porém, essa situação é exceção entre a classe trabalhadora na atualidade, em especial, aos trabalhadores de entrega, que não têm um horário para começar ou finalizar o serviço. Em razão disso, acabam estipulando uma meta a ser alcançada no dia, muitas vezes sem conseguí-la.

Então, depende muito. Agora eu estou com ‘trampo’ fixo, então quando eu ligo o aplicativo eu não tenho meta: “Preciso tirar tanto”. O que eu tirar é lucro. Mas quando eu estava trabalhando só no aplicativo, eu colocava uma meta de, no dia, no mínimo 100 reais, tirar 20 da gasolina e tirar 80 líquido. Era meta, mas quase nunca eu conseguia alcançar [...]. **(Participante O)**

Sim, eu estipulo uma meta. Minha meta é 100 reais por dia, no mínimo né, se for um dia relativamente bom. Tem dia que dá para fazer, tem dia que não. Tem dia, por exemplo: Semana passada, teve dias ruins que eu não cheguei a fazer nem cinquenta, porque a gente está com um excesso de motoboy correndo pela plataforma e a demanda não é equivalente à quantidade de motoboys que tem nas ruas, principalmente durante a semana que a demanda é mais baixa

ou questão de ser fim de mês. Então, final de semana é certo que dê para fazer e até passar desse valor, mas durante a semana tem dia que não é possível. **(Participante M)**

Tinha uma meta, no meu caso era 50 reais. **(Participante S)**

Eu colocava em média por dia uns 20, 25 reais. **(Sujeito V)**

Considerando a quantidade de horas trabalhadas pelos entrevistados e o relato de que na maior parte do tempo não conseguem alcançar a meta estipulada por eles próprios, evidencia-se ainda mais como ocorre o “contrato de zero horas” apresentado no capítulo anterior. Os trabalhadores passam a maior parte de seus dias disponíveis para as plataformas, gastam com internet, com gasolina, com manutenção da moto, com alimentação e nada recebem pela hora trabalho que ficam parados na rua em espera.

É lamentável que esses profissionais sejam tão mal remunerados, tendo em visto o risco a que se expõem cotidianamente e o papel que ocupam na dinâmica da sociedade durante a crise sanitária da covid-19.

Felipe Souza e Leandro Machado, em reportagem ao jornal BBC News Brasil, apresentaram uma pesquisa realizada pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho) que aponta:

Entre os entrevistados, 60,3% relataram uma queda na remuneração, comparando o período de pandemia ao momento anterior. Outros 27,6% disseram que os ganhos se mantiveram e apenas 10,3% disseram que estão ganhando mais dinheiro durante a quarentena. (SOUZA; MACHADO, 2020, p. 1)

Outro fator a ser considerado é o alto valor da gasolina. O preço do combustível no município em que os participantes desta pesquisa residem está entre 5,189 e 6,199 reais<sup>8</sup>. Dessa forma, dependendo de quanto quilômetros os trabalhadores percorrerem e do valor da entrega, acabam saindo no prejuízo e recebendo somente o valor do combustível ou nem isso.

No que diz respeito à forma como os trabalhadores realizam as entregas e as dificuldades encontradas, aparecem os seguintes elementos: altos custos

---

<sup>8</sup> Dados extraídos da reportagem do jornal O Vale publicada em agosto de 2021.

de manutenção do trabalho, perigo, dificuldades relacionadas ao clima, como trabalhar em dias de chuva etc., como é possível ver nas respostas dos entrevistados abaixo:

De moto, a dificuldade que eu vejo é o preço da gasolina. Até os gastos mesmo com a própria moto: manutenção, óleo, pneu. E em si, no dia a dia mesmo, o trânsito. O trânsito é perigoso demais, meu. Todo dia a gente está sujeito a algum risco, um carro entra ali, fecha você e 'nois' que 'trampa' no aplicativo, se você cair e se machucar, já era, não vai ter ninguém por você, é você e você mesmo. Então, essas são as dificuldades. Porque se você vai lá e sofre um acidente, quebra uma perna, alguma coisa, não vai ter um patrão para suprir as necessidades, se tiver machucado né, vai ser eu e eu mesmo. **(Participante O)**

Eu faço entrega de moto. A dificuldade é manter a manutenção; a gasolina está cara, toda semana tem que trocar o óleo, às vezes dá algum probleminha e tem que desembolsar um dinheiro que às vezes eu não tenho, porque não contava com aquele imprevisto. O certo para quem trabalha com isso é sempre ter um dinheiro guardado, mas eu tenho encontrado dificuldade nisso também, porque querendo ou não, quem trabalha com isso consegue tirar uma graninha boa e às vezes a gente acaba gastando demais, porque está ganhando mais ou menos bem ali e aí quando a gente vê, já não tem dinheiro mais para gastar com o que é necessário, com o que é de emergência, mas por aí eu vou me virando. **(Participante M)**

De moto, a dificuldade, primeiro ponto, é dia de chuva. Está chovendo e tem que trabalhar. Segundo ponto, a moto deixa o motociclista mais exposto a acidente, então o camarada que, por exemplo, está de carro e erra, a probabilidade de o motorista sofrer um acidente de moto e morrer ou ficar lesionado gravemente é maior do que de quem trabalha com aplicativo de carro. **(Participante S)**

Eu estou fazendo de bicicleta. A dificuldade mesmo é o pessoal aceitar, tem muito lugar que olha e, por ser ciclista, acha que vai demorar, essas coisas, e rejeita, cancela a entrega. Dias de chuva é ruim, é mais complicado por causa do peso, peso da *bag* mais a roupa molhada, de bicicleta, então, piorou. **(Participante V)**

Quanto aos acidentes, é interessante mencionar que o trânsito por si só já é perigoso e todos os motoristas estão expostos. Contudo, diante da pressão para que a entrega seja feita no menor tempo possível e o fato de esses profissionais receberem por entrega feita, é comum que eles corram na tentativa de pegar mais delas.

Entre os entrevistados, apenas o participante O relata ter sofrido acidentes.

Já sofri acidente já, de acidente já aconteceu muito. Tipo, em um ano, eu já caí 3, 4 vezes ‘trampando’. Não foi nem a passeio, foi trabalhando mesmo. Porque, tipo, você está fazendo a entrega, aí você está com 4, 5 entregas na mochila, você tem que fazer a entrega rápido, porque você vai estar ganhando por entrega. Então, quanto mais entrega você fizer, mais você vai ganhar, [...]. Tipo, uma eu bati, eu estava errado de estar excedendo o limite e estar pelo lado errado, essas coisas assim. Mas as outras duas vezes que eu sofri o acidente, foi erro do outro motorista e a gente que está no trânsito está sujeito a isso, né?! Foram acidentes leves. Mas a gente está falando de aplicativo né? Teve uma época que eu trabalhava de mototáxi e teve acidente de eu me machucar e ficar 15 dias parado. E aí não tem patrão, não tem nada, é você por você mesmo. Daí a gente tem que arcar com as consequências: remédio, o custo de ficar parado. **(Participante O)**

Percebe-se que o participante tem consciência do perigo atrelado à sua atividade laboral e tem clareza de que a necessidade de realizar mais entregas em menos tempo intensifica as chances de que um acidente ocorra.

Apesar de ser o único entre os entrevistados que sofreu algum tipo de acidente, sua vivência não é um fato isolado e vai ao encontro com a realidade de muitos outros trabalhadores, como elicitado no capítulo anterior: 51% dos trabalhadores que participaram da paralisação intitulada de “breque dos apps” sofreram acidentes durante o trabalho. Ademais, o perigo da profissão não se limita às situações de acidente no trânsito; os trabalhadores ficam expostos ainda a tentativas de roubo, como relata o participante O:

[...] Vamos dizer assim, eu vou fazer entrega. Aí eu chego no local, é uma rua escura e você vai entregar para uma pessoa que você não vê, está encapuzada, passa nota falsa e você não está vendo. [...] De alguém chegar e falar “passa a moto”, nunca aconteceu comigo graças a Deus. Mas tem colega aí que vai fazer entrega e perde a moto. Aí liga lá...porque, tipo assim, ‘nois’ que é motoboy, a gente tem um grupo. Na cidade, tem vários grupos de motoboy e já teve várias histórias do cara ligar lá e falar “acabaram de roubar eu, levaram a minha moto, estou em tal lugar, tem como alguém me buscar?”. Mas comigo não aconteceu, não. Já aconteceu assim, de pegar entrega, aí você vai lá e pega uma nota falsa, sabe umas coisas assim? **(Participante O)**

Diante desse relato, percebe-se que são muitos os temores dessa categoria. No contexto atual, enfrentam o medo de contaminação pelo

coronavírus, o medo de se acidentarem, o de não terem nenhum auxílio por parte das plataformas, o de não conseguirem trabalhar e, ainda, o medo de serem enganados e/ou roubados.

Mesmo diante da precariedade desse serviço, milhares de trabalhadores recorreram a ele. Constatamos, nesta pesquisa, que apesar da particularidade da situação de cada um dos entrevistados, a motivação para buscar emprego nessa área é praticamente a mesma: o desemprego ou a necessidade de complementar a renda.

O que me levou a trabalhar com as entregas foi a situação financeira mesmo, tipo, sem opção, aí apareceu a opção de entrega, de 'trampar' como entregador. Aí a gente vai pra cima, tem uma motinha, aí utiliza o útil ao agradável. A vantagem, pelo menos no aplicativo que eu trabalho, é que, tipo, hoje eu quero trabalhar no aplicativo, aí eu vou lá ligo ele e trabalho. Se não quero trabalhar mais, eu vou lá e desligo e vou embora para casa. **(Participante O)**

Eu fiz o cadastro na plataforma quando eu trabalhava registrado. Eu trabalhava na FUST, uma empresa terceirizada da prefeitura e aí eu descobri, através de terceiros, esse aplicativo e decidi fazer meu cadastro, que até então eu não utilizava. Demorou uns 3, 4 meses para aprovar, porque era um período que o Ifood não era tão conhecido assim. No ano passado, com a quarentena, quando veio a pandemia, eu fiquei de recesso do meu estágio e fiquei com receio de acabar perdendo o estágio por conta da pandemia e resolvi usar meu cadastro. Aí eu comprei uma *bag* e comecei a fazer as entregas e calhou que depois eu acabei perdendo meu estágio de fato - não por questão da pandemia, mas por questão particular de desavenças - e aí eu comecei a trabalhar somente com isso. Frisar que, assim, não é uma coisa fácil, porque requer paciência, a gente tem que acreditar que as coisas vão melhorar mesmo. Porque, no começo, é bastante ruim, você está começando, então não vão ser direcionados tantos pedidos para você, vai ter dia de você fazer uma entrega, vai ter dia de você fazer nenhuma, final de semana você vai conseguir fazer, mal e mal, umas nove ou dez; às vezes, nem isso. Mas é aos poucos. Eu vi a minha conta melhorar de fato, começar a entrar dinheiro para mim, depois de uns 4 meses. Aí tem essa questão agora, que tem muita moto e pouca entrega, aí continua nessa pegada, mas não por questão de tempo na plataforma e sim por questão de demanda. Tem dias que eu faço uma corrida no almoço, tem dias que faço duas, tem dias que à tarde eu não faço nenhuma. Mas aí varia de dia pra dia: eu posso ter feito dinheiro ontem e hoje não conseguir fazer; amanhã pode ser bom e quinta ser ruim; na sexta, que seria dia de final de semana e um dia consideravelmente bom, eu posso não conseguir fazer o mesmo que eu fiz na segunda. Então varia bastante. **(Participante M)**

No meu caso foi renda extra. Tipo, vou ali fazer uma renda extra para ver se de fato compensa. **(Participante S)**

Foi por desemprego, há uns dois anos. **(Participante V)**

A fala dos trabalhadores explicita o conceito trabalhado no capítulo anterior que expõe que a tendência é que exista cada vez menos postos de trabalho, à medida que os trabalhadores são substituídos por aparelhos e por máquinas e que um único trabalhador precisa realizar o trabalho de muitos. Assim, diante do desemprego estrutural, os trabalhadores não possuem alternativa senão recorrer ao serviço informal. Além disso, como já mencionado, o salário mínimo, no Brasil, não é suficiente para que a população viva com dignidade, de modo que recorre ao trabalho informal para complementar a renda. Frente a isso, os trabalhadores enfrentam a precarização e o perigo constante dos serviços de entregas, atrelados à dupla jornada laboral.

#### 4. A VISÃO DOS TRABALHADORES E O PROCESSO DE DESPERTAR PARA A LUTA

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”

Rosa Luxemburgo

Neste capítulo, apresenta-se a visão dos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos acerca de sua atividade laboral, objetivando compreender se estes possuem consciência acerca da exploração à qual são submetidos e da precarização de suas relações de trabalho vivenciadas.

Convém compreender inicialmente esse conceito: a consciência. Ela pode ser entendida pelo senso comum como a capacidade de se perceber algo sobre si ou sobre os outros e o ambiente em que se está inserido. Contudo, essa definição não é incorreta. Porém, não é a ela que esta pesquisa se refere. Buscou-se compreender se os trabalhadores possuem consciência crítica ou consciência de classe.

A consciência humana possui níveis, de forma que ela, em seu estado natural, é entendida como consciência em si. A respeito disso, Suely Amaral Mello, em seu livro “Linguagem, consciência e alienação: O óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica”, apresenta o seguinte:

A consciência origina-se na realização da atividade humana e acompanha sempre toda atividade, seja ela material ou não-material. O homem sempre antepõe idealmente, no início de sua atividade, a imagem do objeto que pretende com essa atividade. Isto não significa, no entanto, que o homem, porque age sempre com sua consciência, esteja consciente de sua consciência. Pode ocorrer que o homem desenvolva uma atividade consciente, ou seja, uma atividade determinada histórico - socialmente e não biologicamente, mas perceba essa consciência como sendo natural e espontânea. Nesse caso, o nível de consciência que ocorre é o da consciência em- si, imprescindível para a vida cotidiana. (MELLO, 2000, p. 40)

A autora complementa:

Ocorre que, historicamente essa consciência em si tem se desenvolvido dentro do processo de alienação e, assim sendo, tem se constituído de forma alienada e passa de natural e espontânea (isto é, sem que se tenha consciência dela) a naturalmente e espontaneamente determinada pelas condições sociais alienadas. Se considerarmos que a consciência é condicionada pelas condições

concretas da existência humana, quando os condicionantes servem a uma lógica alienante (como é a lógica do capitalismo, que não tem como objetivo ético o desenvolvimento do homem, mas o lucro e a mais valia), então todo o processo de desenvolvimento da consciência em- si tende para a alienação. No entanto, como se mencionou acima, a consciência em- si é um elemento ontológico social e, nesse sentido, necessário à vida cotidiana. O fato de que, sob as condições concretas alienadas, seu processo de desenvolvimento tenda para a alienação, não identifica a consciência em- si com consciência alienada sob qualquer circunstância. (MELLO, 2000, p. 41)

Sendo assim, este primeiro nível de consciência, que todos têm, não é o que se busca, mas, com certeza, o que perpassa a vida de grande parte da classe trabalhadora, tendo em vista que essa é a lógica do modo de produção capitalista, como foi posto pela autora. Nesse sentido, a consciência perde a sua função inicial, ao passo que o trabalhador se torna alheio a si e à realidade a sua volta.

O segundo nível de consciência, chamado de consciência para si, ocorre:

[...] num nível posterior de desenvolvimento da consciência, quando o homem se torna consciente de sua consciência. Isto se dá quando, a partir do "seu processo de vida real", estabelece uma relação consciente com a própria consciência, passa a utilizá-la de forma intencional. Nesse caso, ele tende a superar a condição de consciência em- si em direção à consciência para-si. Nesse nível da consciência, quando o sujeito a usa de forma intencional, é possível ainda distinguir dois outros níveis. Num primeiro nível, o sujeito utiliza sua consciência de forma intencional sem, no entanto, perceber-se como condicionado socialmente e sem fazer dessa percepção elemento essencial na escolha dos fins e motivos que dirigem sua atividade. [...] Esse não é ainda o nível de consciência que se pode chamar de consciência crítica. A relação consciente com seu ser e estar no mundo (esta, sim, consciência crítica) o levaria a posicionar-se frente às relações sociais e a assumir a atitude de forjar seus próprios caminhos de forma cada vez mais autônoma em relação às condições alienadas. Neste nível, o sujeito utiliza intencionalmente sua consciência, e faz isso consciente da alienação que impregna todos os fatos e situações na sociedade alienada. (MELLO, 2000, p. 41)

Tendo isso em mente, propuseram-se as seguintes perguntas para que se conhecesse a visão dos trabalhadores acerca do trabalho que desenvolvem:

- Quais as dificuldades que você enfrenta na sua profissão?

- Você acha necessário mudar algo nas suas condições de trabalho? Se sim, o que você sugere?
- Você acredita que teve oportunidades na vida e/ou no mercado de trabalho?
- Como você imagina seu futuro? Pretende continuar trabalhando realizando entregas por meio de aplicativos?
- Qual sua opinião sobre as paralisações que ocorreram em 2020 pedindo por melhores condições de trabalho?
- Em março de 2021, ocorreu uma manifestação de entregadores em Taubaté. Você participou? Qual sua opinião a respeito?

Quanto às dificuldades encontradas, os trabalhadores apresentaram questões extremamente pertinentes:

É muito pouco o valor para taxa de deslocamento. Então, vamos lá: Você pega, primeiramente, faz uma entrega. É um valor muito ínfimo perto do custo que você gasta para manter o veículo. O outro problema é em questão da saúde, falta de políticas de prevenção. Por exemplo: está chovendo, você tem que trabalhar; se você não trabalha, você não tem dinheiro; se você não tem dinheiro, você não tem como se manter. Então, o problema é quando está chovendo e você tem que trabalhar e se expõe, expõe a sua saúde pra ganhar um valor que muitas das vezes não dá pra suprir os gastos pelos quais você acaba gastando para estar trabalhando. É um ponto, assim, muito ruim. **(Participante S)**

Então, eu como mulher entregadora, um dos desafios que eu já me deparei logo no início que eu comecei a fazer entregas foi me adaptar a um ambiente, um universo, majoritariamente masculino, porque, principalmente em Taubaté. Cidades grandes já é mais comum, mas Taubaté já é mais difícil você ver mulher trabalhando com aplicativo de entrega. Um dos principais desafios foi me adaptar a esse meio que, para mim, antes era desconhecido. Depois, com o tempo, eu fui percebendo a questão da exploração, da precarização do trabalho, porque nós não temos nenhum direito, por não termos vínculo empregatício nenhum com as empresas de aplicativo. A questão do gerenciamento do tempo: quanto tempo nós estamos dispostos a trabalhar se remete ao quanto nós estamos dispostos a ganhar também, porque nós fazemos nosso próprio salário. O tempo que a gente fica na rua fazendo entrega é o equivalente que vai ser nosso salário. Trabalhar finais de semana, feriado, debaixo de chuva, de sol. Então, seria no geral mesmo a precarização, a exploração do trabalho, enfrentar as adversidades de uma profissão perigosa, que nos coloca em risco todos os dias e também o preconceito e a marginalização dessa classe, porque nós somos vistos, muitas das vezes, como marginais, como pessoas que estão ali por querer, porque acreditam que seja um trabalho fácil de concretizar. Porém não é que a maioria é usuário de drogas. É que se desconhece que por trás daquele trabalhador existe uma pessoa que é pai de família,

mãe de família, que está levando sustento para a casa. Então, esses são os maiores desafios que eu encontro dentro da profissão de entregadora. **(Participante M)**

Partindo dos relatos dos participantes S e M, observem-se os seguintes aspectos: valor da taxa paga aos trabalhadores, saúde dos trabalhadores, trabalho e gênero, falta de vínculo empregatício e gerenciamento do tempo.

Ainda que a taxa de entrega tenha variações de acordo com horário, clima e distância, considerando-se o valor elevado do combustível e os demais gastos, a taxa repassada ao entregador se torna insuficiente para a manutenção de seu trabalho. Além disso, se o trabalhador fizer uma entrega de 5km, não conseguir nenhuma entrega na volta e tiver que retornar ao ponto de “pico” dos pedidos, percorrerá esse caminho sem receber por ele, tendo em vista que só ganha pelo caminho que de fato percorreu com o pedido.

Outro ponto a ser questionado diz respeito à taxa não ser repassada integralmente ao entregador. As plataformas de *delivery* cobram tanto dos estabelecimentos quanto dos entregadores, gerando um lucro extremamente alto por simplesmente mediar o contato entre clientes, estabelecimentos e trabalhadores de entrega e quem de fato realiza o trabalho tem uma margem de lucro baixíssima.

Sobre a saúde desses trabalhadores, acredita-se que é a forma mais explícita de precarização do trabalho, o que impacta na saúde física e emocional dos entregadores. Três entre os quatro entrevistados mencionaram que, se não trabalharem, não receberão nada, ou seja, não terão como sobreviver. Da mesma forma, se adoecerem ou se acidentarem, não terão a quem recorrer. De fato, essa é uma questão que traz muita insegurança aos trabalhadores e os preocupa. No contexto atual, de pandemia, esse medo se intensifica, pois, a todo o momento, os trabalhadores estão se colocando em risco e expostos a um vírus letal, temendo por suas vidas e a de seus familiares.

Quanto à questão de gênero, a participante apresenta a situação vivenciada no município de Taubaté, a qual representa muito bem o contexto nacional, pois, de fato, o serviço de entrega é majoritariamente masculino. Dados do IBGE apresentados no “Raio X do entregador” do jornal UOL

registram que 97,4% dos trabalhadores de entrega são homens e apenas 2,6% são mulheres.

Nota-se, portanto, que em um contexto de trabalhadores precarizados e explorados, as mulheres acabam ficando em uma situação de ainda maior vulnerabilidade que os homens, tendo em vista as particularidades de uma sociedade machista e patriarcal e as desigualdades sociais de gênero que perpassam a divisão do trabalho.

Historicamente, as mulheres são postas em uma posição laboral subalterna, além de que, de modo geral, desenvolvem sozinhas o trabalho doméstico sem nenhuma remuneração, partindo do conceito preconceituoso de que mulheres devem ficar em casa, cuidando do lar e dos filhos, enquanto o homem trabalha e mantém a casa.

Não bastasse essa responsabilidade de manutenção da casa que lhes é imposta, atualmente, as mulheres se veem sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho, ou seja, trabalham fora e, quando retornam para suas casas, ainda precisam cuidar, muitas vezes sozinhas, dos afazeres domésticos e dos filhos.

Outro ponto a ser debatido é a desigualdade de gênero diretamente ligada ao mercado de trabalho, de modo que, em muitos momentos, mulheres recebem um valor inferior ao recebido pelos homens, estando no mesmo cargo, desenvolvendo a mesma função, simplesmente por serem mulheres.

A respeito da desigualdade salarial, em reportagem de Estela Benetti (2021, p. 1), a jornalista apresenta que, segundo dados do IBGE em 2019: “O salário médio dos homens ficou em R\$ 2.555 e de mulheres, R\$ 1,985, o que corresponde uma vantagem de 22,3% a mais para eles”.

Esse é o contexto geral das mulheres trabalhadoras. Venturosamente, não há relatos de trabalhadoras de entrega que apontem diferença no valor das taxas recebidas por questões de gênero. Contudo, há outras questões tão preocupantes quanto. Em reportagem de Manuela Azenha na revista Marie Claire, uma trabalhadora é entrevistada e relata:

Só agora, às 18h30, consegui comer e usar o banheiro pela primeira vez. Os homens até podem se virar na rua, mas para as mulheres só nos resta segurar o xixi o dia inteiro. Quando estamos menstruadas é mais pesado ainda. Indigno. (AZENHA, 2020, p.1)

Essa trabalhadora diz trabalhar das 11h até às 22h realizando entregas de bicicleta. Seu relato evidencia a falta de suporte por parte das plataformas para com os trabalhadores em geral, mas afetando com mais intensidade as mulheres.

No tocante à falta de vínculo empregatício e ao gerenciamento do tempo, percebe-se que a participante M tem clareza da realidade vivenciada. Como apresentado no decorrer da pesquisa, a falta de vínculo empregatício traz diversos malefícios aos profissionais, que não possuem nenhum direito e segurança. A questão do gerenciamento do tempo se trata de um desses malefícios, pois o trabalhador, sem alcançar uma renda suficiente para sua sobrevivência, acaba passando horas na rua trabalhando, sem descanso. Esses profissionais costumam trabalhar todos os dias da semana, pelo maior tempo possível, na tentativa de manter a si e a sua família. Devido à sua dinâmica de trabalho, não conseguem passar o tempo necessário com a família, não tendo, ainda, direito a lazer e a descanso, seja pelo excesso de trabalho, seja pela falta de dinheiro/recursos.

Ainda que pareça uma escolha do trabalhador passar tantas horas trabalhando, essa ação é planejada tanto pelo modo de produção capitalista quanto pelas plataformas de *delivery*, tendo em vista que a não regulamentação do trabalho possibilita que os entregadores fiquem disponíveis para as plataformas praticamente o dia todo para que consigam o mínimo para sua subsistência.

O autor Ricardo Antunes aponta que

[...] ao tentar sobreviver, o “empreendedor” se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 16)

Diante disso, os trabalhadores ficam disponíveis, aguardando um pedido de entrega que pode ou não chegar, trabalhando conforme a demanda do aplicativo e recebendo um valor que contabiliza seu trabalho apenas a partir do momento em que pega a encomenda no estabelecimento para entregá-la.

Diante das dificuldades enfrentadas por esses profissionais, cabe entender também o que eles acreditam que deveria mudar para que possam trabalhar com dignidade.

[...] para melhorar, eu acho que deveria ter uma taxa fixa pelo fato de eu estar trabalhando para o aplicativo, isso seria muito legal. Tipo assim: a partir do momento que eu entreguei no aplicativo, se eu fizer uma entrega ou fizer 5 entregas, independentemente. Porque a gente ganha por corrida, só que eu acho que deveria ter um valor fixo já, sabe? Se você fizer duas entregas, 'tá bom', você fez só duas entregas, mas você tem 30 reais ali, fixo seu garantido já, pelo fato de você estar trabalhando para o aplicativo. **(Participante O)**

Primeiro ponto, a questão de seguridade social: Eu acho que deveria ser discutido algum tipo de política que pudesse futuramente aposentar o camarada, porque ele trabalha numa plataforma com serviços autônomos, vamos dizer, ele é o chefe dele né, entre aspas. Tem uma liberdade? Tem. Para correr quando quer? Tem, mas ele não tem garantias de direitos nenhum. A não ser direito em acidente de moto, vamos supor, o seguro DPVAT. Fora isso daí ele não tem direito a seguro desemprego, não tem direito à aposentadoria, não tem direito a 13º, não tem direito a nenhum, tipo, férias, não tem direito a nada que um trabalhador comum tem, porque a plataforma não tá sob o regimento da CLT, então não tem vínculo empregatício, não tem como enquadrar na CLT. Então, primeiro ponto, teria que mudar as questões do direito. Segundo ponto, é a questão assim, é uma demanda muito alta de motociclista para a oferta de entrega, isso faz com que o serviço fique muito barato, barato ao ponto de não conseguir se sustentar e isso implica no quê? Isso é praticamente um serviço análogo ao escravo, o camarada trabalha, trabalha, trabalha, mas no final do dia, sei lá, ganha 10, 20 reais líquido para ele. [...]. Então, primeiro ponto é a questão do direito previdenciário, a possibilidade de, sei lá, ter o vínculo empregatício com a plataforma e a questão do salário, da taxa ser muito baixa, porque tem que pensar também no pessoal que compra essas coisas e precisa do serviço e tem que pensar no trabalhador que entrega, tem que arrumar um meio mais equânime de poder equilibrar isso. **(Participante S)**

Para mim está bom, o motivo de eu sair foi esse, as entregas serem mais voltadas para os motoboys do que para os ciclistas. De resto, para mim estava bom do jeito que estava, nunca tive problema com os aplicativos da forma que estão. **(Participante V)**

Quanto à fala do participante O, a proposta do trabalhador é interessante, tendo em vista que os profissionais nada recebem pelo tempo em que ficam disponíveis para a plataforma aguardando uma entrega e pelo percurso que realizam até o estabelecimento. Dessa forma, os profissionais

teriam um valor mínimo, mais o valor de cada entrega. Contudo, isso ainda está distante da realidade desses profissionais, considerando o baixo valor das taxas de entrega recebidas, como foi colocado pelo participante S.

Não se pode deixar de mencionar a comparação do participante S. O trabalhador pontua que o serviço de entregas “é praticamente um serviço análogo ao escravo”. Essa afirmação é compreensível, considerando que os trabalhadores não possuem direitos trabalhistas - trabalhando praticamente de 10 a 12 horas todos os dias – e que a remuneração - por meio da taxa de entrega, que já não era o suficiente – está se tornando cada vez pior, tendo em vista a inflação e o preço elevado do combustível.

Antunes, ao tratar da Uberização, compara a exploração presente nessa modalidade de trabalho com a exploração presente nos primórdios da Revolução Industrial e apresenta que:

[...] em pleno século XXI, estamos vivenciando a recuperação de sistemáticas do trabalho que foram utilizadas durante o que podemos denominar protoformas do capitalismo, isto é, os primórdios do capitalismo. Podemos indicar, como expressão do que estamos argumentando, as jornadas diárias frequentemente superiores a oito, dez, doze, catorze horas; remuneração salarial rebaixada, em contraposição ao aumento e intensificação do trabalho (traço que vem se agudizando na pandemia); crescimento de um contingente sem acesso a qualquer direito social e do trabalho; entre tantos outros elementos que remetem aos inícios do capitalismo, à sua fase de acumulação primitiva. (ANTUNES, 2020, p. 21)

Diante das afirmações do autor e do participante S, constata-se que é impossível que o serviço de entregas seja um trabalho bom, como apontado pelo participante V, e que o trabalhador não compreende a exploração e a precarização vivenciadas por ele e por seus colegas de profissão.

A maior dificuldade apresentada por esse trabalhador diz respeito ao número de pedidos que recebe. O participante V chega à conclusão de que os entregadores que executam suas atividades laborais de moto recebem mais pedidos, em razão da preferência dos clientes e das plataformas.

Acredita-se que essa preferência ocorra pelo fato de as entregas serem realizadas em menor tempo, possibilitando um lucro maior para as plataformas. Isso se explicita em campanhas em que as plataformas prometem que os

pedidos serão entregues em poucos minutos, como a “Entrega Turbo-Fresh” da empresa Rappi, que garante que o pedido chegará em menos de 10 minutos.

Pontua-se que há profissionais realizando entregas de diferentes formas pelo Brasil: de motos, de bicicletas, de metrô, de patinetes e, até mesmo, de cadeiras de rodas. A mídia retrata essas situações focando no dito “esforço dos trabalhadores” e naturalizando a total falta de amparo e de respeito do Estado e dos empregadores.

Apesar de essa não ser a realidade do município de Taubaté, em São Paulo, capital do Estado, essas situações são vistas com frequência e explicitam a crueldade do capitalismo.

Considerando o trabalho precarizado vivenciado por esses trabalhadores, buscou-se compreender se eles acreditam que tiveram oportunidades na vida e no mercado de trabalho.

Com certeza, tive muitas oportunidades, porém não é assim para todo mundo. Não vou falar que eu sou o abençoado, o sortudo, mas eu sempre tive boas oportunidades de ‘trampo’, mas também já perdi muita oportunidade de trabalho por conta de estudo, por conta de tempo...tudo isso influencia, né? **(Participante O)**

Não, e para ser sincera, eu estou bem desesperançosa com o mercado de trabalho, não sei nem quando eu vou voltar, por conta das minhas condições atuais e também da conjuntura do país. Por conta do Serviço Social, que é a nossa área, ser uma profissão que, em grandes partes, está inserida no setor público, então também não sei como vai ficar essas questões de concurso público. Então, eu estou um pouco desesperançosa e não estipulo uma previsão para estar voltando para o mercado de trabalho. **(Participante M)**

Na vida, eu acho que tive, mas no mercado de trabalho em si, não. Porque a maior parte dos serviços que eu tive, por fora, foram autônomos, eu indo atrás de pessoas para fazer o serviço. Já na parte profissional, carteira de trabalho e tudo mais, já ficou bem mais difícil. Muitas empresas pedindo currículos gigantes para uma função que não necessariamente precisava de tudo isso. Então, esse é um problema. **(Participante V)**

Ainda que os participantes afirmem que tiveram oportunidades na vida, é fato que a população jovem e pobre enfrenta inúmeras dificuldades que não são vivenciadas por jovens ricos, uma vez que essa parte da população tem mais chances de estudar e de se capacitar para o mercado de trabalho.

Considere-se que enquanto um jovem rico está estudando em escola particular, o jovem pobre está faltando à aula para trabalhar de maneira informal para complementar a renda da família. Diante disso, qual deles terá mais chances de conseguir um emprego formal futuramente? A disputa é injusta, considerando a realidade de cada um deles.

Explicitando isso, há a vivência do participante O, que relata ter perdido oportunidades de emprego em razão da falta de escolaridade. Há ainda as dificuldades apontadas pelo participante V, que narra ter encontrado dificuldade de inserção no mercado de trabalho em razão da experiência e do currículo exigidos, que não eram compatíveis com sua realidade.

De fato, o mercado de trabalho exige algo que não é proporcionado para a população em geral no decorrer de suas vidas, de forma que essas pessoas, ao chegarem na vida adulta, recorrem a trabalhos informais, precarizados e altamente explorados.

A economista Patrícia Lino Costa, do DIESSE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), em entrevista ao portal aprendiz do Jornal UOL, em 2005, ao tratar da taxa de desemprego, apontou que:

quando se analisa os critérios de seleção, prevalecem mais oportunidades para os jovens cujas famílias têm maior renda. "Isso se justifica porque aqueles com melhor condição financeira têm mais acesso à informação e à qualificação profissional. Podem apresentar um ou mais curso de idiomas, passar por uma boa faculdade entre outras vantagens do gênero" [...]. (UOL, 2005, p. 1)

Em reportagem de Fabio Grecchi (2020, p. 1) ao Jornal Correio Braziliense, apresentou-se o projeto "Acesso a Oportunidades", que foi desenvolvido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo ITDP (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento). A pesquisa resultou em um ranking de desigualdade de acesso ao trabalho considerando as 20 maiores cidades do Brasil. O jornalista aponta que: "Em primeiro lugar, está São Paulo, na qual os 10% mais ricos têm nove vezes mais chance de se candidatar a uma vaga do que os 40% mais pobres".

Diante do contexto econômico, é indubitável que o sentimento de desesperança da participante M em relação ao mercado de trabalho não seja algo singular.

É compreensível que parte da população tenha sentimentos de desesperança e de desemparo diante da crise econômica e sanitária que se vivencia sem nenhum suporte governamental efetivo. Para a classe trabalhadora, está cada vez mais difícil ter perspectiva e ver possibilidades no futuro, diante de um presente tão sofrido e sem direitos.

A longo prazo, eu me vejo não trabalhando mais em aplicativo, porque é uma profissão que é perigosa, é muito perigoso. Às vezes, sai umas entregas em uns lugares que você vai lá e está sujeito a risco de ser roubado, de acidente. E o tempo, porque trabalhar em aplicativo para você tirar uma moeda boa, você tem que trabalhar bastante. Então, tipo assim, a longo prazo eu me vejo em outra área, fazendo outra coisa, uma coisa que eu gosto, tipo mexendo com comida mesmo, tipo eu 'trampo' já com 'rango' e essas coisas. Eu uso mais a parte do motoboy e do aplicativo como uma segunda opção, mas tem gente que usa como a única opção, né? Eu já tive momentos de usar o aplicativo como única opção, tipo uma válvula de escape, ou é isso ou nada, mas, a longo prazo, eu me vejo longe dessa profissão. Apesar de eu gostar muito de andar de moto, de conhecer lugares novos, só que é uma coisa que no momento não está compensando, pelo menos para mim. Se for pôr na ponta da caneta mesmo, tipo, todos os gastos que eu tenho e o tempo que eu uso para ganhar o dinheiro, não compensa. **(Participante O)**

Eu pretendo me formar e passar a trabalhar na minha área. Exercer a minha na minha área, na profissão de Serviço Social. **(Participante M)**

Então, no futuro eu estou querendo me dedicar ao esporte. Estou voltando aos poucos ao atletismo, então, eu quero focar nele. Não só nele, mas eu quero ter meu negócio também, ter minha loja, mas meu foco principal está sendo no esporte. No momento, eu ainda trabalho com entregas, mas não por aplicativo, mas eu visio sair disso, parar com as entregas, porque ao mesmo tempo que é bom, tem também o lado ruim. No caso meu, de bicicleta, é o cansaço. Então, chega uma hora que não consegue continuar por causa do cansaço, aí acaba atrapalhando. O lado bom é que está fazendo exercício, não tem tanto gasto quanto uma moto ou um carro, então praticamente o lucro total vem para o entregador, não tem que gastar com combustível, não tem que gastar com troca de óleo, as manutenções são mais baratas. **(Participante V)**

O relato dos participantes deixa claro que o serviço de entregas por aplicativos é uma estratégia que encontraram para sobreviver e que não

pretendem se manter nele futuramente, pois, apesar das dificuldades presentes, possuem planos e sonhos em outras profissões.

Diante disso, pode-se perceber que, ainda que os trabalhadores não tenham consciência de toda a exploração, a precarização e os perigos atrelados a suas atividades laborais, partem do princípio de que esse é um serviço temporário.

Acredita-se que as diversas paralisações que vêm ocorrendo pelo Brasil demonstram, além do descontentamento dos trabalhadores, que esses profissionais estão adquirindo consciência da exploração e da precarização em suas relações de trabalho.

Ressalta-se que o processo para que a classe trabalhadora crie consciência crítica sobre sua condição social não ocorre de um dia para o outro, mas gradualmente. Ainda que pareça lento, esse processo é essencial para que a realidade desse segmento se altere.

Foi possível notar que o pontapé inicial para os trabalhadores de entrega refletirem sobre suas condições de trabalho se deu no ano de 2020 com a paralisação nacional intitulada “Breque dos apps”. Movimentos regionalizados ocorreram após essa data, incluindo no município dos trabalhadores entrevistados.

Os entrevistados de nossa pesquisa demonstram estar de acordo com as paralisações nacionais que ocorreram no dia 1 e 27 de julho de 2020.

Concordo plenamente, porque, vamos dizer, assim, que você pede alguma coisa pelo Ifood, as coisas no Ifood já são caras né? Ai o Ifood cobra porcentagem de quem está vendendo e também cobra porcentagem de quem está entregando e, assim, auxílio nenhum a plataforma dá, tanto pro entregador quanto para o comerciante. É meio assim, cada um por si, sabe? Eu acho que eles poderiam dar auxílio nessas partes, disponibilizar máscara, disponibilizar álcool em gel, ou até o que eu falei para você mesmo de estar disponibilizando uma diária fixa, ou tipo desconto nos postos. Concordo com a paralisação por conta disso, porque, em partes, é muito desvalorizado o trabalho do motoboy, tanto por aplicativo quando você trabalhar para alguém. **(Participante O)**

Eu acho que como trabalhadores, como força de trabalho que vende sua força de trabalho em troca de um retorno financeiro, a gente tem total direito de manifestar, de protestar, de reivindicar por direitos e melhorias nas condições de trabalho. Eu acho que tem melhorias que

podem ser feitas, sim. Assim, o Ifood, por exemplo, ele facilita no sentido que a gente consegue comprar, a gente tem um convênio, depois se eu lembrar o nome eu te falo, e aí a gente tem desconto em medicamentos, em algumas drogarias, eles disponibilizam kits de proteção, com álcool em gel, máscara, tem parcerias com algumas empresas, lojas que dão desconto quando o entregador precisa comprar alguma coisa, esse tipo de coisa. Acho que a melhoria seria mesmo formalizar, porque não tem como, não tem mais o que possa ser feito além disso. Mas acho, como trabalhador assalariado. a gente tem direito de protestar, de reivindicar e é bom para que a sociedade perceba que o nosso trabalho precisa ser valorizado como qualquer outro. Nós somos, sim, serviço essencial com pandemia ou sem pandemia, porque qualquer cidade sem delivery já teria ali uma quebra na economia, um mal funcionamento. **(Participante M)**

No meu ponto de vista, eu acho válido. Eu acho válido, porque de fato não tem direito nenhum, o camarada está ali por N motivos, mas um deles é porque está desempregado. Vamos supor: ficou desempregado, vai para a plataforma de aplicativo trabalhar. A plataforma, por sua vez, ela lucra, ela tira sua taxa de entrega, ela chama o camarada para ir trabalhar e paga para ele um valor baixo, vamos se dizer. O custo-benefício, às vezes, não compensa, a meu ver. Então, eu acho válido. Acho válido também se tivesse algum tipo de subsídio do governo, mas não tem. Então, eu acho válido. **(Participante S)**

Pelo relato dos participantes, percebe-se que o Ifood fornece um suporte mínimo aos trabalhadores. Um dos participantes aponta, ainda, que a plataforma Bee delivery tem a proposta de direcionar 1% do valor ganho pelo aplicativo por entrega como um seguro em caso de acidentes, ou seja, do valor da entrega, 10% são do aplicativo, mas 1% volta aos trabalhadores por meio dessa proposta.

Ainda que os aplicativos estejam apresentando essas ações, os trabalhadores buscam melhores condições de trabalho, devido ao baixo valor da taxa mínima por entrega - que atualmente é de R\$ 5,31 reais -, além dos bloqueios arbitrários e da coleta dupla, que ocorre quando os trabalhadores precisam fazer duas ou mais entregas de uma vez e recebem uma única taxa. Diante da realidade vivenciada pelos entregadores, a maioria conclui o mesmo que o participante S: que não compensa.

No dia 26 de março de 2021, cerca de 60 trabalhadores de entrega se manifestaram no município de Taubaté reivindicando melhores condições de trabalho. Dois dos entrevistados relataram não ter conhecimento da

paralisação; os demais participantes sabiam e tinham posições contrárias a respeito.

[...] Participei do protesto sim, e eu apoio pra caramba porque, eu estando na área, vejo que não tem valorização do motoboy. A galera fala assim “ah, a taxa está cara”, mas se você for pôr tudo na ponta da caneta mesmo, gasolina, tudo, os gastos, está trocando ‘elas por elas’, sabe? **(Participante O)**

Eu não trabalhei nesse dia, não participei ativamente, mas não trabalhei para não criar conflitos né? Porque os entregadores estavam passando trote e estavam levando muito para o lado pessoal das coisas, daqueles que optaram por trabalhar, tanto nuvens quanto os entregadores fixos, que são os OL, eles não podem escolher não trabalhar, porque eles têm uma carga horária para cumprir: eles ligam o aplicativo 11 horas da manhã e o aplicativo desliga automaticamente à meia noite. Então, eles não podem desligar, não tem como e eles têm que estar a serviço do Ifood a qualquer momento, faça sol ou faça chuva, e muitos deles trabalharam, porque os que não trabalham pode acarretar na expulsão, no desligamento deles da equipe. Em Taubaté, são duas equipes com dois líderes que comandam essa equipe e alguns não trabalharam, mas a maioria trabalhou, digo, dos OLs. O restante se concentrou na praça Santa Terezinha, conversou com a mídia, com a reportagem, e eu fiquei em casa. Até porque eu não acho que foi uma manifestação, é como se todos tivessem tirado o dia de folga, porque manifestação é outra coisa, e como não foi todo mundo que participou... Então, de qualquer forma, o aplicativo estava lucrando. Quem trabalhou nesse dia ganhou mais dinheiro porque tinha menos moto na rua e o aplicativo acabou que liberou mais cadastros nesse dia. Então, foi aí que começou a desandar mesmo a questão do delivery em Taubaté, porque aí liberou mais motos, mais motos na rua e menos entregas para distribuir. **(Participante M)**

Os termos “nuvem” e “OL”, utilizados pela participante M, dizem respeito a modalidades de cadastro da plataforma Ifood. A modalidade nuvem é a mais conhecida. Nela, os trabalhadores têm flexibilidade para trabalharem no horário que acharem melhor, desligando o aplicativo se for necessário. Na modalidade OL (operador logístico), os trabalhadores têm uma carga horária obrigatória, fazem parte de uma equipe e, normalmente, trabalham por turnos. Isso ocorre para que o aplicativo sempre tenha uma mão de obra mínima em situações como a das paralisações, por exemplo. Essa equipe é comandada por um gerente, denominado de líder de praça, que representa uma empresa terceirizada do Ifood.

Durante as diversas manifestações que ocorreram pelo Brasil, houve relatos de trabalhadores que sofreram ameaças por parte dos operadores

logísticos para não participarem. Se os trabalhadores “nuvem” já sofrem com os bloqueios arbitrários da plataforma, para os trabalhadores na modalidade OL, as ameaças se intensificam, tendo em vista que possuem um “chefe humano”, como é apresentado em reportagem de Leandro Machado ao Jornal BBC News Brasil:

O motoboy Robson (nome fictício), de 30 anos, conta ter tido uma experiência ruim [...]. “Para mim, foi como estar registrado na CLT, mas sem ter nenhum direito, nem salário. Era tudo controlado pelo gerente OL, que tinha o poder de me bloquear no app”, explica. No OL, o trabalho começa às 10h30 e vai até meia-noite, período dividido em três turnos. Entre eles, há a previsão de um intervalo de 20 minutos para descanso. Segundo relatos ouvidos pela BBC News Brasil, normalmente os trabalhadores fazem dois turnos – um das 14h30 até 18, seguido por outro das 18h à meia-noite, por exemplo. Mas há outros que trabalham nos três horários, como conta Robson. “Eu tinha de trabalhar todos os dias, das 10h30 à meia-noite, sem negociação. E, se eu não trabalhasse ou chegasse atrasado, podia ser suspenso pelo meu gerente. Se eu recusasse uma corrida, também era suspenso. Se eu reclamasse de algo podia ser bloqueado. No OL, você vive no clima de ameaça o tempo todo”, diz. (MACHADO, 2020, p. 1)

Na mesma reportagem, o jornalista expõe algumas ameaças sofridas pelos trabalhadores, a partir da transcrição de áudios enviados aos trabalhadores pelos Operadores Logísticos e que circulam pelas redes sociais:

“A gente que é OL é diferenciado, outra qualidade de entregador. A gente não se envolve em nenhum tipo de manifestação. Se alguém estiver descontente com a plataforma, me procura na base que eu te mando para a nuvem. Se você tiver com adesivo (de protesto) na bag, vou pedir para você tirar. Se estiver descontente, a gente resolve essa questão e você se vira na nuvem.” [...] Em outro áudio obtido pela reportagem, um líder OL reclama que seus entregadores vazaram para outro grupo ameaças feitas por ele contra quem participasse da paralisação. “Quero saber quem fez isso comigo. Estou lidando com vocês aí, no dia a dia. Eu simplesmente falei que quem quiser aderir (à greve) não vai mais fazer parte da equipe, só isso”, afirmou. Já em outro áudio, enviado por um entregador à reportagem, uma suporta gerente OL “demite” o trabalhador pelo WhatsApp pelo mesmo motivo. “Aí, João, qual é a sua? Você está contra nós ou com nós? De onde vem o seu salário, meu filho? Para mim você está fora”, diz. (MACHADO, 2020, p. 1)

Nessa modalidade, o vínculo empregatício, que é negado pelas plataformas, torna-se ainda mais evidente. Fica claro que os trabalhadores são tratados como funcionários que devem ser subordinados à plataforma - nesse caso, ao supervisor - e não como empreendedores que prestam serviços ao

aplicativo. Nota-se que essa falácia ocorre apenas para que os trabalhadores sejam explorados sem nenhum respaldo da legislação trabalhista.

Quanto à afirmação da participante M sobre a paralização realizada no município de Taubaté não ser de fato uma manifestação, acredita-se que isso se deve ao fato de a paralisação contar com a participação de poucos trabalhadores e de não ter impactado efetivamente no lucro das plataformas.

Em São José dos Campos, município próximo, os trabalhadores realizaram a primeira paralisação com duração de 6 dias, fazendo com que, pela primeira vez, o Ifood negociasse com os entregadores. Acredita-se que isso só foi possível porque os trabalhadores estavam muito unidos e, principalmente, organizados.

Os trabalhadores tinham uma boa comunicação entre si, buscaram expandir a greve conscientizando os demais pares, descobriram uma forma de bloquear o aplicativo daqueles que se negavam a parar, contaram com o apoio de doações para que tivessem o que comer nos dias em que não estavam trabalhando, distribuíram água e alimentos para aqueles que estavam na rua nos bloqueios e tinham uma boa articulação, de modo que as quatro equipes OL também aderiram à paralisação.

Quanto aos movimentos sociais e a luta por direitos, Suave e Faermann afirmam que:

Aos trabalhadores cabe-lhes lutar contra o peso da crise que lhe é atribuída pelos capitalistas: desemprego, fome, miséria, alta dos juros, inflação, violência, desigualdade, pobreza, falta de moradia, de educação e de saúde, precariedade do transporte, crimes ambientais, dentre tantas outras demandas presentes no seu cotidiano. Portanto, a agonia capitalista deve ser devolvida aos burgueses, pois se “o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem dos males que ele mesmo engendrou, que morra!” (TROTSKY, 2004, p. 16). [...] O alcance da consciência de classe pelos trabalhadores pode significar um avanço em sua organização se combinado com ações políticas que expressem teorias e práticas transformadoras. Por outro lado, esse processo não é linear e vem atravessado de diversas contradições e interferências da ideologia burguesa. Tal ideologia que, por sua vez, é carregada de preconceitos e criminaliza os movimentos sociais, sendo necessário um combate cotidiano e consciente a essa interferência. (SUAVE, FAERMANN, 2020, p. 271-272)

Ressalta-se que, apesar da ação inédita de negociação entre uma plataforma e os trabalhadores, o resultado não foi o esperado, pois o reajuste da taxa mínima foi de, no máximo, 8% por quilômetro para os trabalhadores que utilizam motos, o que equivale a 0,42 centavos. Em razão disso, os trabalhadores de muitas outras cidades estão realizando paralisações de vários dias, afetando diretamente o lucro das plataformas, em especial do Ifood.

Acredita-se que os trabalhadores do município de Taubaté possuem ferramentas e bons exemplos pelo Brasil para se organizarem e realizarem uma manifestação mais efetiva do que a primeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste Trabalho de Graduação foi o de aproximar-se da realidade dos trabalhadores que realizam entrega por meio de plataformas de *delivery*, buscando compreender como ocorre sua prática laboral a partir das suas próprias visões, bem como identificar o perfil socioeconômico desses profissionais.

Quanto ao perfil socioeconômico dos participantes, constatou-se que eles possuem uma renda familiar de, em média, três salários mínimos. Trata-se de jovens com idade entre 24 e 27 anos e com diferentes graus de formação. Nota-se que, apesar de a pouca capacitação prejudicar os entrevistados na procura por empregos formais, esse não é o fator principal para seu desemprego, tendo em vista que os profissionais que cursam ou que têm o ensino superior também encontram essa dificuldade.

Levantou-se, ainda, que a razão para esses trabalhadores recorrerem ao serviço de entregas por meio dos aplicativos de *delivery* está diretamente relacionada ao desemprego e à necessidade de sobreviverem e/ou de complementarem suas rendas. Nesse sentido, por meio das bibliografias estudadas, foi possível concluir que a sujeição desses trabalhadores a um serviço altamente precário e de risco deve-se ao desemprego estrutural e ao salário insuficiente para manutenção de uma vida digna e que supra as suas necessidades básicas.

A respeito da questão de gênero, os dados coletados nesta pesquisa seguem a mesma linha dos dados nacionais: a quase totalidade desse segmento é constituída por homens, sendo que as trabalhadoras no ramo de entregas são minoria.

Já quanto à questão de raça/cor: Entre os entrevistados, a maioria é branca, diferentemente do que se imaginava, visto que os dados do cenário nacional mostram que os trabalhadores negros são maioria nesse setor.

No tocante ao ingresso desses trabalhadores nesse espaço de trabalho, constatou-se que os profissionais o consideram fácil e realizam o cadastro em mais uma plataforma. Contudo, enfrentam uma longa fila de espera e não costumam trabalhar em muitas plataformas ao mesmo tempo.

Os entregadores relatam trabalhar por muitas horas e estipular uma meta de ganhos por dia, a qual, na maioria das vezes, não é alcançada, em razão da alta demanda de profissionais em comparação ao número de pedidos. Sabe-se que, frente à crise econômica e sanitária da covid-19, grande parte da população desempregada tem recorrido às plataformas. Diante disso, os trabalhadores ficam de 10 a 12 horas trabalhando diariamente, seja realizando as entregas, seja aguardando um pedido de entrega.

Entre os participantes, apenas um realiza sua atividade laboral de bicicleta, enquanto os outros três realizam as entregas de motos. As principais dificuldades apresentadas pelos entregadores em seu cotidiano laboral são: o valor baixo da taxa de entrega, os gastos com combustível, a insegurança frente ao risco de acidentes, a falta de respaldo por parte das plataformas em caso de acidentes, o alto valor de manutenção do transporte utilizado e o cansaço - sobretudo dos trabalhadores que realizam as entregas de bicicleta.

Diante do exposto, no decorrer das entrevistas, explicitou-se o grau de exploração e de precariedade presentes na atividade laboral dos participantes. Nota-se que a maioria dos trabalhadores compreende que a situação de trabalho vivenciada por eles precisa de melhorias, sugerindo mudanças, tais como: fixar taxa por dia trabalhado, garantias de direitos e mais valorização.

Esses trabalhadores contam que são a favor da paralisação que ocorreu no ano de 2020, considerando as dificuldades vivenciadas nesse setor.

Observou-se que a maior parte dos entrevistados compreende e tem consciência de que suas condições de trabalho não são boas, sendo preciso alterá-la. Contudo, ainda não chegaram a um grau de consciência que possa ser chamado de consciência de classe. Além disso, os profissionais acabam esbarrando em questões relacionadas ao ideário burguês do esforço e da meritocracia, dificultando a compreensão de que esse é um problema estrutural e coletivo causado pelo modo de produção capitalista, e não um problema individual. Como exemplo disso, temos o participante V, que acredita que a atividade laboral executada por meio das plataformas de *delivery* é boa, mas em contrapartida relata dificuldades, como o baixo número de entregas que eram direcionadas para ele.

Ocorre que esse participante olha a situação de forma individual e atribui a si e à sua forma de trabalho a responsabilidade, e não às condições de

trabalho impostas pela plataforma. Dessa forma, ele se culpabiliza por algo que é estrutural, ou seja, causado pelo modo de produção vigente.

Considera-se importante que seja construído com os trabalhadores um projeto de ampliação da consciência, um trabalho de base, que possibilite conhecimentos e ferramentas para se organizarem e compreenderem a raiz de suas dificuldades. Uma das mediações para isso poderia partir dos partidos políticos progressistas ou de sindicatos.

Acredita-se que o fato de parte dos trabalhadores desejar alterar suas condições de trabalho e realizar uma paralisação é um ponto extremamente positivo - ainda que a manifestação de 2020 não tenha sido efetiva -, pois esse movimento representou uma abertura por parte dos profissionais.

A partir dos dados colhidos nesta pesquisa, de estudos e da formação universitária adquirida, este estudo sugere que a verdadeira mudança ocorrerá quando a classe trabalhadora compreender que sem ela não há lucros e que para alterar esse quadro de exploração e de alienação é necessário se organizar. Acredita-se que parte dos trabalhadores de entrega de aplicativos está adquirindo consciência e é isso o que está motivando as diversas greves<sup>9</sup> que estão ocorrendo no Brasil. A respeito das paralisações de 2020, Ricardo Antunes aponta que:

[...] a nova morfologia do trabalho possibilita também o florescimento de uma nova morfologia das lutas sociais, de auto-organização e de novas formas de representação. O “breque dos apps”, como sugestivamente foram denominadas as duas primeiras greves dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos do Brasil, em julho de 2020, sinaliza o início de uma nova fase de lutas sociais desencadeadas pelo novo proletariado de serviços da era digital. (ANTUNES, 2020, p. 22)

Analisa-se, com entusiasmo, o que o autor chama de “florescimento de uma nova morfologia das lutas sociais” e ressalta-se a importância de os profissionais de Serviço Social estarem ao lado da classe trabalhadora nesse momento que se faz tão necessário para forjar tempos mais justos e bonitos a todos(as).

---

<sup>9</sup> Como exemplos, há as greves realizadas em Atibaia, Jundiá, Paulínia, Niterói, São Gonçalo, Maceió, Goiânia, Campo Grande, Curitiba, entre outras.

## REFERÊNCIAS

80 HORAS semanais? OIT recomenda trabalhar no máximo 40 horas por semana. **Jornal Uol**, São Paulo, 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/07/08/80-horas-semanais-oit-recomenda-trabalhar-no-maximo-40-horas-por-semana.amp.htm>>. Acesso em: 28 set. 2021.

A GREVE dos apps mais longa do Brasil. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 24 set. 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/613108-a-greve-dos-apps-mais-longa-do-brasil>>. Acesso em: 03 out. 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, gerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 set. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 231-234. Disponível em: <<https://mega.nz/folder/vOpwmQij#nJFgpdsE-0mCF0yOOQYqCA/folder/OXBjHDiT>>. Acesso em: 19 set. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e Uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0 *In*: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. p. 11-22.

AZENHA, Manuela. Entregadoras de aplicativo trabalham na absoluta precarização e acompanhadas de medo. *Revista Marie Claire*, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/07/entregadoras-de-aplicativo-trabalham-na-absoluta-precariacao-acompanhadas-do-medo.html>>. Acesso em: 06 out. 2021.

BENETTI, Estela. Diferença salarial entre homens e mulheres na mesma função pode gerar multa. **Jornal NCS total**, 01 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-na-mesma-funcao-pode-gerar>>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 set. 2021.

COSTA, Mariana Covas. Força de trabalho, delivery e pandemia do Covid-19: do avanço das plataformas digitais ao acirramento das contradições. **Revista ensaios de geografia**, Niterói, v. 5 n. 10, p. 75-80, jul. 2020. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/42563?fbclid=IwAR3IIIRutXxzYMXoD1uUV40-THkQ6tSvXmIWd2vWglWKHMsa\\_9r1z9qpYmOM](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42563?fbclid=IwAR3IIIRutXxzYMXoD1uUV40-THkQ6tSvXmIWd2vWglWKHMsa_9r1z9qpYmOM)>. Acesso em: 7 set. 2020.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Desemprego estrutural e a problemática da informalidade. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, p. 199-217, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br>>. Acesso em: 11 set. 2021.

FAERMANN, Lindamar Alves. O trabalho do assistente social no contexto da crise do capital: problematizações necessárias. **Revista Em Pauta**, v. 13, p. 123-154, 2015.

FARIZA, Ignacio. Estagnação na América Latina leva desemprego de jovens ao maior nível em 20 anos. **Jornal El País**, Madri, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-29/estagnacao-na-america-latina-leva-desemprego-de-jovens-ao-seu-maior-nivel-em-20-anos.html?outputType=amp>>. Acesso em: 22 set. 2021.

FILGUEIRAS, Vitor; Dutra, Renata. Entregadores de app têm jornada de 64,5h semanais na pandemia, diz pesquisa. **Jornal Uol**, Brasil, 06 ago. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/07/08/80-horas-semanais-oit-recomenda-trabalhar-no-maximo-40-horas-por-semana.amp.htm>>. Acesso em: 28 set. 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2008. p. 17-27. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2008.v24n1/17-27/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GRECCHI, Fabio. Pobres têm acesso mais difícil a emprego. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/17/interna-brasil.821022/pobres-tem-acesso-mais-dificil-a-emprego.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2021.

HART, Robert. Trabalhar mais de 55 horas por semana mata 745 mil pessoas por ano, adverte a OMS. **Jornal Forbes**, Brasil, 17 maio 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbessaude/2021/05/trabalhar-mais-de-55-horas-por-semana-mata-745-mil-pessoas-por-ano-adverte-a-oms/?amp>>. Acesso em: 28 set. 2021.

I FOOD mantém liderança entre aplicativos de delivery, mas concorrência cresce. **Jornal Consumidor Moderno**, Brasil, 8 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2020/12/08/ifood-mantem-lideranca-entre-aplicativos-de-delivery-mas-concorrencia-cresce/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

I FOOD, Rappi: trabalhador enfrenta fila de espera para se tornar entregador. **Jornal CNN Brasil**, Brasil, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/ifood-rappi-trabalhador-enfrenta-fila-de-espera-para-se-tornar-entregador/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

IPEA. **Número de entregadores cresce 104,2% devido ao desemprego**. 24 set. 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34920](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34920)>. Acesso em: 02 abr. 2021.

JOVENS ricos têm mais chance de emprego, mostra pesquisa. **Portal Aprendiz: Jornal Uol**, 26 set. 2005. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/content/jovens-ricos-tem-mais-chance-de-emprego-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 11 out. 2021.

LAURINO, Talita. Gastos com delivery aumentam em 187% desde o início da pandemia no Brasil. **Jornal Metrôpoles**, Brasil, 03 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/gastos-com-delivery-aumentam-em-187-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil?amp>>. Acesso em: 25 set. 2021.

LIMA, Renata Valéria de Araújo. **Ressonâncias do discurso da meritocracia em “Não fale em crise, trabalhe”**. IX SEAD – A análise do discurso e suas condições de produção, Recife, 11-14 nov. 2019. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=ressonancia+do+discurso+da+meritocracia+em+nao+fale+em+crise+trabalhe&btnG=&lr=lang\\_pt#d=gs\\_qabs&u=%23p%3DTpaTUqQ4bDgJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ressonancia+do+discurso+da+meritocracia+em+nao+fale+em+crise+trabalhe&btnG=&lr=lang_pt#d=gs_qabs&u=%23p%3DTpaTUqQ4bDgJ)>. Acesso em: 11 set. 2021.

LIMA, Tatiane. “Profissão perigo”: 51% dos entregadores grevistas sofreu acidente de trabalho, releva pesquisa. **Esquerda Diário**, São Paulo, 4 Jul 2020. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Profissao-perigo-51-dos-entregadores-grevistas-sofreu-acidente-no-trabalho-revela-pesquisa>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MACHADO, Leandro. A rotina de ameaças e expulsões dos entregadores terceirizados do Ifood. **Jornal BBC News**, São Paulo, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/07/24/rotina-de-ameacas-e-expulsoes-dos-entregadores-terceirizados-do-ifood.htm>>. Acesso em: 05 out. 2021.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Alienação e trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 34-42, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13913>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativo no Brasil**. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2020. Disponível em: <[https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020\\_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf](https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARQUES, Pedro. Uber com diploma: desemprego alto faz até profissional com faculdade virar motorista de aplicativos. **Jornal Uol Economia**, São Paulo, 3 ago. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/#page9>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MARSIGLIA, Regina. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 383-398. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto3-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**, livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MELLO, Gabriela. **Candidatos a entregador do lfood mais que dobram após coronavírus**. Reuters, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <<https://cn.reuters.com/article/tech-apps-coronavirus-idBRKBN21J6N4-OBRIN>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, consciência e alienação: o óbvio como obstáculo no desenvolvimento da consciência crítica**. São Paulo: UNESP Marília, 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=y3E4EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=f2XLrevEaM&sig=eeHq0VsM70RkH7vQv4taieq7Tul#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 04 out. 2021.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmontes do; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. Pesquisa científica: conceitos básicos. [S.l.]: **ID online**, ano 10, n. 29, fev./2016. Disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

OLIVEIRA, Amarayna Minelly Sousa; SANTOS, Tatiane Nogueira. Mercado de trabalho: **A problemática do desemprego estrutural na centralidade do capitalismo mundial**. Universidade Federal do Maranhão (EME-UFMA), 2019. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RJSdAAOTprcJ:www.eme.ufma.br/wp-content/uploads/2019/09/eme\\_mercado\\_trabalho\\_desemprego\\_estrutural.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RJSdAAOTprcJ:www.eme.ufma.br/wp-content/uploads/2019/09/eme_mercado_trabalho_desemprego_estrutural.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 11 set. 2021.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Jerônimo Monteiro: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/288664600/Amostragens-Probabilistica-e-Nao-Probabilisticas-tecnicas-e-Aplicacoes-Na-Determinacao-de-Amostras-2012-1>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

PINHEIRO, Sílvia Silva Martins; Souza, Márcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo. **Revista Serviço Social em Debate**. v. 1, n. 2, p. 53-68, 2018. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/warllon-journal-manager-6-uberizao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/warllon-journal-manager-6-uberizao%20(1).pdf)> Acesso em: 02 abr. 2021.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: <[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O\\_metodo\\_marxiano\\_de\\_investigacao\\_e\\_o\\_enfoque\\_misto\\_na\\_pesquisa\\_social\\_uma\\_relacao\\_necessaria.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2020.

PREÇO da gasolina em Taubaté varia entre R\$ 5,189 e R\$ 6,199; veja qual é a mais barata. **Jornal O Vale**, 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.ovale.com.br/nossaregiao/cidades/preco-da-gasolina-em-taubate-varia-entre-r-5-189-e-r-6-199-veja-qual-e-a-mais-barata-1.181438>>. Acesso em: 29 set. 2021.

RODRIGUES, Márcia. Salário mínimo ideal para garantir o básico nos lares seria de R\$ 5,4 mil. **Jornal R7**, 08 set. 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/economize/salario-minimo-ideal-para-garantir-o-basico-nos-lares-seria-de-r-54-mil-08092021?amp=>>>. Acesso em 11 set. 2021.

SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. **Jornal BBC News**, São Paulo, 7 maio 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246.amp>>. Acesso em: 29 set. 2021.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves. Reflexões sobre a política habitacional: estado e conflitos de classe. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 266-275, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/DKwJw9nWpNTpWp9LbRJdBsw/?lang=pt>>. Acesso em: 18 out. 2021.

SUDRÉ, Lu. **Um ano de pandemia: entregadores de aplicativo relatam piora em condições de trabalho**. Brasil de Fato, São Paulo, 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/um-ano-de-pandemia-entregadores-de-aplicativo-relatam-piora-em-condicoes-de-trabalho>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

TEIS, Denise Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. **A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa**. BOOC – Biblioteca On-line de Ciências da comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/anopub.php?anopub=2006>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TV Boitempo. Curso: **O privilégio da Servidão, com Ricardo Antunes**. 2020, Série de 6 vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6QO1OGhocYU&list=PLHiE8QPap5vTDDi8LEw5bfKfDVXn7r5QN>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TV Boitempo. **Uberização, indústria digital e trabalho 4.0 | Ricardo Antunes, Paulo Galo e Luci Praun**. 2020, 1h57m15s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C8g3cn0F4pY>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Plataformas de delivery e precarização do trabalho: a visão dos trabalhadores sobre suas atividades laborais”**, sob a responsabilidade da professora e pesquisadora Lindamar Alves Faermann. Nesse estudo, buscaremos conhecer os desafios que atravessam a vida dos trabalhadores que atuam no ramo de entrega de mercadorias por meio de aplicativo de *delivery* sob a visão dos próprios participantes, bem como levantar o perfil socioeconômico e cultural desses profissionais. Para coletar os dados sobre os objetivos pretendidos, realizaremos entrevistas no formato semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas. As entrevistas serão gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos - resolução n.º 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os potenciais benefícios de sua participação nessa pesquisa consistem em dar visibilidade às dificuldades que enfrentam no seu trabalho cotidiano, com vistas a fomentar pesquisas a respeito do tema e alertar a sociedade e os governantes sobre a necessidade de alterarem as condições de trabalho a que estão submetidos. Salientamos que os riscos em relação à sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista. Entretanto, as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar-lhe conforto e segurança ao responder as perguntas da entrevista. Para participar desse estudo, o/a Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr (a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos e, após esse tempo, serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao/a senhor (a). Para qualquer outra informação, o sr. (a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone (12)982837626 (Obs.: Inclusive ligações a cobrar) ou pelo e-mail [lindafaermann1@gmail.com](mailto:lindafaermann1@gmail.com). Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos desse estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNITAU) na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: [cep@unitau.br](mailto:cep@unitau.br).

O(A) pesquisador(a) declara que a pesquisa segue a Resolução CNS466/12.

Pesquisador(a) Responsável \_\_\_\_\_ Participante \_\_\_\_\_

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**Plataformas de delivery e precarização do trabalho: a visão dos trabalhadores sobre suas atividades laborais**” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Assinatura do(a) Participante

## APÊNDICE B. ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. Quais os desafios que você enfrenta na sua profissão?
2. Atualmente, você realiza entregas por meio de mais de uma plataforma? Se sim, quais?
3. Quantas horas, em média, você trabalha por dia?
4. Você estipula uma meta a ser atingida?
5. Você realiza as entregas de moto ou de bicicleta? Quais as dificuldades encontradas?
6. O que te levou a procurar emprego nessa área?
7. Como é para se cadastrar nessas plataformas?
8. Qual seu estado civil?
9. Você tem filhos? Se sim, quantos?
10. Quantas pessoas moram em sua casa?
11. A casa é própria, alugada ou cedida?
12. Qual é a renda familiar?
13. Se você é arrimo de família, ou seja, se sua família é mantida exclusivamente por meio do seu trabalho, como você vê essa situação? Como sua família vê essa situação?
14. Qual sua escolaridade/ formação?
15. Você acredita que teve oportunidades na vida e/ou no mercado de trabalho?
16. Você acha necessário mudar algo nas suas condições de trabalho? Se sim, o que você sugere?
17. Como você imagina seu futuro? Pretende continuar trabalhando realizando entregas por meio de aplicativos?
18. Qual sua opinião sobre as paralisações que ocorreram em 2020 pedindo por melhores condições de trabalho?
19. Em março de 2021, ocorreu uma manifestação de entregadores em Taubaté. Você participou? Qual sua opinião a respeito?